



ACADEMIA MILITAR

Agressores sexuais cibernautas ou violência na rede — o papel da GNR

Autora: Aspirante GNR Infantaria Joana Raquel Soares Batista

Orientador: Professor Doutor José Fontes

Coorientadora: Tenente de Infantaria Irina Lopes

**Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada
Lisboa, agosto 2013**



ACADEMIA MILITAR

Agressores sexuais cibernautas ou violência na rede — o papel da GNR

Autora: Aspirante GNR Infantaria Joana Raquel Soares Batista

Orientador: Professor Doutor José Fontes

Coorientadora: Tenente de Infantaria Irina Lopes Pinto

**Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada
Lisboa, agosto 2013**

Nota introdutória

A estrutura curricular do Mestrado em Ciências Militares, no que concerne à especialidade de Segurança, abarca a realização de um Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada. Necessita, assim, de um contributo de um trabalho subordinado ao tema “Agressões sexuais cibernautas ou violência na rede – o papel da GNR”. Assim, remete-nos para um compromisso com o rigor científico que se lhe exige, aplicando uma investigação fundada num percurso metodológico seguro e sério. Partimos da ideia que, além de contribuir para a formação da sua autora, este estudo deve acrescentar valor ao conhecimento científico da instituição. Pretendemos, assim, chegar ao fim de todo um percurso formativo com um conhecimento bem estruturado, que nos permita desenvolver um trabalho futuro profícuo e eficaz e com a sensação de missão cumprida.

Para a redação deste Trabalho de Investigação Aplicada foram seguidas as normas em vigor na Academia Militar, regulamentadas pela Norma de Execução Permanente (NEP) n.º 520/DE, de 30 de junho 2011, especifica no anexo F da NEP. Considerando que a mesma não contempla a abrangência necessária à elaboração do trabalho, foram consultados outros manuais. Registe-se, ainda, que a redação deste Trabalho obedece ao novo acordo ortográfico, mantendo, porém, nas citações a integridade da fonte.

Dedicatória

Àqueles que nunca deixaram de acreditar em mim... Pais e família.

Agradecimentos

O esforço de várias pessoas que me ajudaram para que este Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada fosse elaborado foi fundamental. Com o apoio, empenho e colaboração deste, agradeço a todos aqueles que nunca me negaram ajuda, conhecimento, profissionalismo, o fundamental espírito crítico, a disponibilidade e, sem dúvida, a compreensão necessária para um processo de estudo e de investigação como esta. E por me terem ajudado tanto, é merecedor da minha pessoa fazer uma breve referência nas seguintes linhas.

Agradeço ao Professor Doutor José Fontes, meu orientador, a sua incondicional disponibilidade e prontidão neste árduo caminho. O seu prestimoso contributo neste trabalho e a sua marca permanente, ficando-lhe grata por tudo.

Agradeço à minha coorientadora Tenente Irina Lopes Pinto que esteve sempre do meu lado e me ajudou incondicionalmente. Sem ela este trabalho não teria a qualidade e perfeição que lhe está atribuído.

Agradeço ao Professor António Osório, da Universidade do Minho, que nunca me negou ajuda e esteve sempre disponível para me orientar e dar a sua opinião para que pudesse enriquecer o meu trabalho e por ser tão prestável no presente e não ter deixado de referir sempre o futuro como uma opção de investigação para ambos.

Agradeço do fundo meu coração à Investigadora Teresa Castro por sempre estar presente nos momentos mais difíceis aquando da elaboração deste trabalho. Soube sempre dar a palavra amiga e a palavra de incentivo, tendo-me facultado toda a informação que tinha para que pudesse fazer deste trabalho algo com rigor e suporte científico.

Agradeço a amizade incondicional do Alferes Paulo Anjos que teve sempre uma palavra amiga nos momentos de mais ansiedade.

Agradeço sem dúvida, a todos os meus camaradas do 18º TPO, a ajuda infinita que sempre me dispensaram, reconhecendo que, sem eles, jamais seria possível a concretização deste projeto.

Agradeço, obviamente, e como não poderia deixar de ser aos meus Pais e família pelo incondicional apoio que me prestaram, pela compreensão e tolerância manifestadas ao longo desta etapa.

A todos eles, um muito obrigada!

Resumo

A investigação desenvolvida, que se insere no domínio das ciências sociais, é um tema de enorme relevância e atualidade para as Forças de Segurança. Assim, o tema é “agressões sexuais cibernautas ou violência na rede - o papel da GNR” e a sua análise terá como objetivo principal perceber o que a GNR pode fazer para prevenir este tipo de crime.

Este trabalho divide-se em duas partes fundamentais. A primeira, corresponde ao enquadramento teórico e metodologia da investigação, onde se faz uma abordagem do que é um agressor sexual, os tipos de agressores que podem existir, a pornografia infantil e *online*, a violência *online*, a pedofilia, a legislação que suporta esta temática e os riscos e as oportunidades que existem na internet, o enquadramento do tema e o contexto português, e, finalmente, o percurso metodológico adotado. A segunda parte, referente ao trabalho de campo desenvolvido, compreende a apresentação, análise e discussão dos resultados. Como método da recolha de dados, optou-se pelas entrevistas devido ao facto de ser um tema novo e delicado.

No decorrer da investigação, conclui-se que na GNR, apesar de se fazerem bastantes ações de sensibilização, a maioria dos militares não está ainda desperta para a importância que tem este tipo de crime, que se está a desenvolver em Portugal, sendo a GNR um meio de prevenção muito importante para travar avanços de práticas criminais deste nível. A GNR pode detetar muitas situações através das vítimas e das redes sociais.

Palavras-chave: Guarda Nacional Republicana, ação de sensibilização, agressões sexuais cibernautas, violência *online*, prevenção.

Abstract

This study is the result of some research developed within the field of social sciences, and deals with a current and relevant theme regarding security forces: "cyber sexual assault or violence on the internet - the role of the GNR." Hence, the main goal of the present study is to understand what the GNR can do to prevent this type of crime.

The study is divided into two main parts: The first part corresponds to the theoretical framework and research methodology, approaching the sex offender; the types of offenders that may exist; online child pornography; online violence; pedophilia; legislation supporting this topic and the risks and opportunities that exist in the internet; the framework on the topic and the Portuguese context; and finally, the adopted methodological approach. The second part of the study regards the existing fieldwork on the subject and includes the presentation, discussion and analysis of results. Once the theme of this study is both very recent and delicate, the methodology used for collecting data was based on interviews.

At the end of the study it could be concluded that the GNR has already performed many awareness actions concerning the topic of sexual assault or violence on the internet. Most of the military personnel are still not aware of the importance of this type of crime which has been developing greatly in Portugal and against which the GNR can work in terms of stopping its dissemination. The GNR can detect many situations with the help of both victims and the social networks.

Key words: Guarda Nacional Republicana (GNR), awareness actions, cyber sexual assault, online violence, prevention.

Índice Geral

Nota introdutória	II
Dedicatória	III
Agradecimentos.....	IV
Resumo.....	V
Abstract	VI
Índice Geral	VII
Índice de Figuras	X
Índices de Quadros	XI
Listas de Apêndices.....	XII
Lista de Abreviaturas, Siglas e Acrónimos	XIII
Capítulo 1. Introdução	1
1.1.Enquadramento da investigação.....	1
1.2.Escolha e justificação do tema	2
1.3.Objetivos	3
1.4.Pergunta de partida.....	3
1.5.Perguntas derivadas.....	3
1.6.Metodologia	4
1.7.Síntese dos Capítulos	4
Capítulo 2. Revisão de literatura – Estado da Arte	6
2.1.Introdução.....	6
2.2.Enquadramento concetual de agressão sexual	6
2.3.Agressão sexual e Agressor sexual	7

2.4. Violência na rede.....	10
2.5. Pedofilia e Pornografia na internet.....	13
2.6. Riscos e oportunidades.....	17
2.7. Legislação informática e penal.....	20
2.8. Enquadramento dentro da Instituição GNR e o contexto Português.....	24
Capítulo 3. Trabalho de Campo – Metodologia e procedimentos.....	26
3.1. Método de Abordagem ao Problema e Justificação e Técnicas	26
3.2. Entrevistas	27
3.3. Amostragem: composição e justificação.....	28
Capítulo 4. Trabalho de Campo – Apresentação, análise e discussão dos resultados.....	30
4.1. Introdução.....	30
4.2. Caracterização da população entrevistada	30
4.3. Análise das Entrevistas.....	30
<u>4.3.1. Análise do conteúdo das questões colocadas nas entrevistas aos Comandantes de Destacamento.....</u>	<u>31</u>
<u>4.3.2. Análise das entrevistas aos Professores e Encarregados de Educação.....</u>	<u>39</u>
Capítulo 5. Conclusões e Recomendações	50
Bibliografia.....	56
APÊNDICES	1
APÊNDICE A	1
APÊNDICE B	3
APÊNDICE C	5
APÊNDICE D	7
APÊNDICE E.....	9
APÊNDICE F.....	12

APÊNDICE G	14
APÊNDICE H	18
APÊNDICE I.....	22
APÊNDICE J.....	23

Índice de Figuras

FIGURA 1 RISCOS E OPORTUNIDADES NO USO DA INTERNET POR PARTE DAS CRIANÇAS.....	22
FIGURA 2 ORGANOGRAMA DA ESTRUTURA DA GNR	23

Índices de Quadros

QUADRO 1 COMANDANTES DE DESTACAMENTO ENTREVISTADOS.....	29
QUADRO 2 PERGUNTA N.º1.....	31
QUADRO 3 PERGUNTA N.º2	33
QUADRO 4 PERGUNTA N.º 3	35
QUADRO 5 PERGUNTA N.º4.....	36
QUADRO 6 PERGUNTA N.º5	37
QUADRO 7 PERGUNTA N.º1.....	39
QUADRO 8 PERGUNTA N.º2.....	40
QUADRO 9 PERGUNTA N.º3.....	42
QUADRO 10 PERGUNTA N.º4.....	44
QUADRO 11 PERGUNTA N.º5.....	46
QUADRO 12 PERGUNTA N.º6.....	47

Listas de Apêndices

APÊNDICE A.....	1
APÊNDICE B.....	3
APÊNDICE C.....	5
APÊNDICE D.....	7
APÊNDICE E.....	9
APÊNDICE F.....	12
APÊNDICE G.....	14
APÊNDICE H.....	18
APÊNDICE I.....	22
APÊNDICE J.....	23

Lista de Abreviaturas, Siglas e Acrónimos

%	Percentagem
AM	Academia Militar
Art.º	Artigo
CEOP	Child Exploitation and Online Protection Centre
CMDT	Comandante
CPCJ	Comissão de Proteção de Crianças e Jovens
DTer	Destacamento Territorial
EB	Escola Básica
EG	Escola da Guarda
EUA	Estados Unidos da América
FFSS	Forças de segurança
GNR	Guarda Nacional Republicana
INTERPOL	Organização Internacional de Policia Criminal
JN	Jornal de Noticias
LOGNR	Lei Orgânica da Guarda Nacional Republicana
LOIC	Lei da organização da investigação criminal
MAI	Ministério Administração Interna
ME	Ministério da Educação
MSN	Windows Live Messenger
NES	Núcleos Escola Segura
NEP	Norma de Execução Permanente
OCS	Órgãos de Comunicação Social
OPC	Órgão de Policia Criminal
PJ	Policia Judiciária
PT	Portugal Telecom

QUAR

Quadro de Avaliação e Responsabilidade

SMS

Short Message Service

ZA

Zona de Ação

Capítulo 1.

Introdução

1.1. Enquadramento da investigação

Sabemos que os meios informáticos evoluíram bastante e com eles a sociedade. A internet surge em 1970 nos EUA e até então não parou de crescer e criar novas formas de comunicar e de trocar informações entre computadores, em que pessoas estão à frente deles. As informações trocadas são diversificadas - ficheiros, fotos, imagens e vídeos - o que se destaca como oportunidade e ameaça, existindo um novo conceito de violência e que traz para as famílias, escola e sociedade uma preocupação acrescida. Autores como Anderson e colaboradores Bandura e Huesmann referem a influência crescente que os hábitos praticados na internet têm sobre a consequência da violência na sociedade e, em particular, nos mais jovens. Nesta linha, algumas pesquisas internacionais têm trazido para o debate público o impacto social do acelerado avanço nas novas tecnologias da comunicação, quer ao nível das atitudes, quer dos comportamentos, tendo vindo a expandir-se a variedade de modelos que a sociedade está exposta diariamente (Ramos, 2011).

No âmbito da Guarda Nacional Republicana (GNR), nos termos do art.º 3.º n.º 1, c) da Lei nº 63/2007, de 6 de novembro, esta deve sempre promover a segurança de todos os modos, daí a escolha deste tema. Os casos de abusos sexual de crianças e adolescentes têm vindo a aumentar. Há cada vez mais queixas, por parte de pais e até mesmo dos próprios adolescentes, sobre comportamentos de risco inerentes às relações sociais através da internet. Esta perspetiva abre a possibilidade de compreender que tipos de jovens se envolvem ou são envolvidos nesses riscos, nomeadamente de exposição da vida privada e consequente chantagem ou na prática de crimes. Devido à sua idade e até à sua ingenuidade e/ou imaturidade, é difícil à criança perceber que está envolvida numa situação perigosa, pelo que, quando esta ou os pais se apercebem, pode ser tarde. Podem ocorrer situações de tentativa ou mesmo suicídios.

Apesar de ser um crime da competência da Polícia Judiciária (PJ), como se refere no artigo 7º n.º 3 l) da lei n.º 49/ 2008 de 27 de agosto, que aprova Lei de Organização da

Investigação Criminal, é a da competência reservada da Polícia Judiciária a investigação de crimes informáticos e praticados com recurso a tecnologia informática. Pensamos que seria importante, na perspectiva de reforçar a segurança de todos os cidadãos, fazer prevenção nestes crimes que envolvem as novas tecnologias.

1.2. Escolha e justificação do tema

Atendendo a toda esta panóplia de situações de risco, é importante que a GNR como Força de Segurança, invista na prevenção deste tipo de criminalidade através de ações de sensibilização nas escolas e em lugares onde a utilização de internet é feita por jovens. Com esta atuação, a GNR pode conseguir mostrar quais os riscos na utilização de plataformas comunicacionais na internet como sejam as redes sociais.

Pretendemos estudar em que medida a GNR pode promover a diminuição desta criminalidade.

Relativamente à escolha do objeto da pesquisa, moveu-nos o propósito de enriquecer a atuação da GNR e diminuir os abusos cada vez mais existentes em crianças e adolescentes através dos meios informáticos, que podem acabar por se tornar numa grande violência. Para além do interesse revelado, quer no objeto de estudo, quer no objeto de pesquisa, pesou também o facto de se verificar a inexistência de qualquer estudo relativo ao tema sugerido.

O tema é pertinente, pois os casos de abusos sexuais nas crianças e nos adolescentes têm vindo a aumentar. Há cada vez mais queixas de pais e mesmo até de adolescentes sobre comportamentos menos corretos de pessoas que usufruem da internet, só com o intuito de conhecer outras pessoas. Mas a questão que se coloca é se esse conhecimento levará a outros patamares de atuação. Há indivíduos cujo objetivo não se limita ao mero conhecimento virtual do adolescente e criança, mas sim inteirarem-se de toda a sua vida, procurando obter informações muito pessoais. A partir dessa fase, começam a entrar na privacidade de cada um, dando origem ao chamado abuso, aliciamento e até chantagem. Após a recolha destas informações iniciam a prática de crimes que, muitas vezes, não têm conhecimento que os cometem. Por seu lado, a vítima não consegue, normalmente pela sua idade e até pela sua ingenuidade, perceber que está envolvida numa situação perigosa. Quando esta ou até mesmo os pais se apercebem, muitas vezes já é tarde. Estas situações

poderão originar nas vítimas quadros traumáticos e, inclusivamente, tentativas de suicídios ou mesmo a sua consumação. Por toda esta panóplia de situações, é importante na nossa perspectiva, que a GNR como Força de Segurança, invista na prevenção deste tipo de criminalidade, através de ações de sensibilização nas escolas e em lugares onde a utilização de internet é feita por jovens. É ainda importante que a GNR consiga mostrar quais os riscos possíveis da utilização de certos *sites* e redes sociais.

1.3. Objetivos

O objetivo geral deste estudo consiste em averiguar o papel da GNR na prevenção deste crime - agressões sexuais cibernautas.

E como objetivos específicos (principais) do trabalho explanamos os seguintes:

- a) Saber em que medida a GNR pode contribuir para a diminuição deste tipo de crimes;
- b) Averiguar o que pode fazer a GNR para diminuir os riscos cibernautas.
- c) Saber se existe um programa pré-determinado para aplicar nas ações de sensibilização;
- d) Averiguar a necessidade de aperfeiçoamento do guia para os militares saberem ao certo no que devem incidir quando falam com os jovens e até mesmo como os encarregados de educação e professores desta temática.

1.4. Pergunta de partida

Como pergunta de partida pensamos que a mais adequada para iniciar este tema será: O que deve a GNR fazer para atenuar a prática deste crime?

1.5. Perguntas derivadas

Como questões derivadas queremos esclarecer as seguintes:

- a) O que pode fazer ou dizer um militar numa ação de sensibilização?
- b) Como podem os militares estar mais atentos para a prevenção deste crime?

- c) Qual a natureza dos *sites* que os pais e professores deverão estar atentos?
- d) Como sensibilizar na educação dos jovens os riscos associados ao uso da internet?

1.6. Metodologia

Para atingir o nosso objetivo, na escolha do método de recolha de dados procurámos um instrumento de medida que estivesse em concordância com as definições conceptuais das variáveis que fazem parte do quadro teórico, optando pelo método que transmite mais “fidelidade e validade” (Fortin, 2009,p.369). Assim, a entrevista é o método escolhido, sendo o método de recolha dos dados nas investigações qualitativas, preenchendo três funções: 1) examinar os conceitos e compreender o sentido de um fenómeno tal como é percebido pelos participantes; 2) servir como principal instrumento de medida; 3) servir de complemento aos outros métodos de recolha de dados (Fortin, 2009). Sendo a entrevista um “método de recolha de informações que consiste em conversas orais, individuais, cuidadosamente seleccionadas, cujo grau de pertinência, validade e fiabilidade é analisado na perspectiva dos objetivos da recolha de informações (Sousa & Baptista, 2011, p. 79). A entrevista carece de um propósito bem definido e é essencial ter uma imagem de entrevistado, procurando caracterizar sucintamente a sua pessoa seleccionando a amostra dos indivíduos a entrevista segundo um método representativo da população ou de oportunidade (Baptista, Sousa, 2011).

1.7. Síntese dos Capítulos

O trabalho foi definido em duas partes, em que a primeira é composta pela revisão de literatura e a metodologia de investigação, enquanto a segunda parte contém o chamado trabalho de campo (que se insere a apresentação, análise e discussão dos resultados) e as conclusões, limitações e recomendações.

O primeiro capítulo incide sobre a metodologia aplicada ao trabalho, seguindo sempre as orientações definidas pela Academia Militar.

O trabalho inicia com a primeira parte, constituída por um capítulo apenas, sendo este dividido em 8 pontos. No primeiro subcapítulo abordamos o conceito de agressão e seus

derivados, agressão sexual, agressor, agressor sexual e as suas características e agressor de menores. No subcapítulo seguinte a abordagem é feita ao conceito de violência *online* e tudo o que envolve este conceito. No próximo subcapítulo, foca-se a pornografia e pedofilia que é praticada na internet. Apresentamos os riscos e oportunidades que podem surgir com a navegação da internet, nomeadamente nas redes sociais. E para finalizar, importa também num trabalho como este, fazer uma referência à legislação que existe no âmbito desta temática tanto a nível informático, como a nível penal.

A segunda parte deste trabalho constitui a vertente mais prática do mesmo. Nela desenvolvemos a metodologia do trabalho, onde consta o Capítulo 3 que aborda a parte metodológica e o Capítulo 4 que versa sobre análise e discussão de resultados. No fim, para completar, o Capítulo 5 é composto por conclusões, verificação da resposta às nossas perguntas iniciais, a questão da pergunta específica e a questão das perguntas derivadas e finalizando com algumas recomendações.

Capítulo 2.

Revisão de literatura – Estado da Arte

2.1. Introdução

Neste capítulo, procuramos fazer a caracterização do conceito de agressor sexual e de tudo o que envolve este conceito, principalmente no que concerne a menores.

Começamos por apontar as suas características e dinâmicas, indicando, em seguida, as características das vítimas e do agressor, os tipos de agressões ou abusos existentes, seus fatores de vulnerabilidade ao abuso e os principais crimes cometidos através dos meios informáticos. Aborda-se ainda, a pedofilia, pornografia de menores e os riscos inerentes às relações sociais da internet.

2.2. Enquadramento concetual de agressão sexual

Encontramos na literatura várias teorias que abordam a agressão sexual e percebemos que a mesma está intimamente ligada ao abuso sexual e à violação. Se verificarmos a definição que consta no Código Penal de abuso sexual, este diploma tem várias vítimas: Pessoa Incapaz de Resistência (art.º165.º), Pessoa Internada (art.º166.º), Crianças (art.º 171.º), Menores Dependentes (art.º 172.º). Relativamente à definição de agressão sexual, tomamos como referência uma abordagem à mesma apenas na 5ª Conferência Mundial das Mulheres: “Violência contra mulheres inclui qualquer ato físico ou sexual contra uma mulher (ou rapariga) que utilize um mínimo de nível de força, incluindo empurrar, esmurrar, puxar cabelos, esbofetear, bater ou esmagar pelo peso ao ponto de a mulher não se poder mexer e recusar qualquer contacto”. Esta definição prevê unicamente um entendimento da agressão enquanto prática de violência física, omitindo a sua vertente psicológica, vindo, assim, mais tarde, a ser alterada e tendo sido acrescentado “qualquer ato que resulte em dor ou sofrimento, incluindo coerção, maus-tratos e privação de liberdade, na esfera pública e privada,

seja ela praticada por quem for, contra a mulher na sua vertente física, psicológica e sexual” (Sousa & Baptista, 2011, p. 15).

2.3. Agressão sexual e Agressor sexual

Baltieri refere que a agressão sexual “é o envolvimento de alguma pessoa em comportamentos sexuais ilegais, conforme a legislação do respetivo país”. Daqui também se pode inferir a definição de agressor sexual como o “indivíduo que comete um crime sexual, legalmente definido pela legislação vigente”. (Baltieri, 2005, p.15). Este autor defende também que há classificações diferentes para este tipo de agressor e que o facto de existir uma classificação ajustada pode facilitar um possível prognóstico e várias formas de abordagem.

Segundo este, permanecem dois pontos que são essenciais para o processo de classificação:

- a) “Os agressores sexuais mostram uma ampla gama de comportamentos sexuais diferentes entre si;
- b) Em função da heterogeneidade do comportamento sexual envolvido nas agressões sexuais, uma classificação pode reconduzir a um diagnóstico e a uma terapia” (Baltieri, 2005, p.15).

Quanto ao agressor sexual normalmente, estes agressores sexuais estão associados a alterações de preferência sexual e os sintomas e os sinais envolvem uma percentagem de comportamentos, fantasias ou práticas sexuais desviadas e não convencionais.

A Associação Psiquiátrica Americana assinala oito como as principais atividades dos agressores sexuais:

- a) A Pedofilia;
- b) Exibicionismo;¹
- c) Fetichismo;²
- d) Fetichismo Travestido;³

¹ Impulso mórbido de se exibir ou se mostrar em público, ostentando-se por vaidade.

² É o desvio do interesse sexual para algumas partes do corpo do parceiro, para alguma função fisiológica, para cenários ou locais inusitados, para fantasias de simulação.

- e) Frotteurismo;⁴
- f) Sadismo sexual;⁵
- g) Masoquismo Sexual;⁶
- h) Voyeurismo.⁷

Existem modelos teóricos que explicam o comportamento dos agressores sexuais tentando englobar vários aspetos do comportamento. O modelo de Finkelhor relativo à análise dos agressores sexuais de menores, permite perceber que os seus comportamentos são um fenómeno complexo e originado por diferentes fatores, como os inerentes às necessidades psicológicas e à motivação, fatores situacionais e contextuais, as práticas educativas parentais e as atitudes sociais e culturais sobre a sexualidade e as crianças. O modelo proposto por Abel cit Vieira (2010) diz que a aprendizagem social e o desenvolvimento do indivíduo são o suficiente para explicar os comportamentos e as condutas desenvolvidas pelo agressor sexual. Para Marshall e Barbarre em 1990, (Vieira, 2010, p. 51) o modelo que eles arranjam para explicar os comportamentos sexuais agressivos, ocorre no processo primordial, no nível das tarefas do desenvolvimento. Segundo os mesmos, “o comportamento sexual agressivo é resultante de variados fatores que concorrem no tempo e no lugar” (Vieira, 2010, p.51). Este modelo focaliza a conduta delinquente, dando ênfase aos processos biológicos, aos aspetos culturais e às questões do género. Hall e Hirschman, em 1992, já consideravam as ofensas sexuais interações de diferentes fatores que se encontravam quer na motivação, quer na efetivação do comportamento delinquente. Para estes autores os quatro fatores de extrema importância para perceber os comportamentos sexuais agressivos são: “a ativação sexual inapropriada,

³ De vestir-se ou disfarçar-se com roupas do sexo oposto. Retirado: julho, 20, 2013 de <http://pt.wikipedia.org/wiki/Travestismo>.

⁴ É a excitação sexual resultante da fricção dos órgãos genitais no corpo de uma pessoa completamente vestida, no meio de outras pessoas. Retirado: julho, 20, 2013 de <http://pt.wikipedia.org/wiki/Frotteurismo>.

⁵ Envolve atos reais (não simulados) em que o indivíduo sente excitação sexual infringindo sofrimento psicológico ou físico (incluindo humilhação) ao seu parceiro (a). Retirado: julho, 20, 2013 de <http://www.galenoalvarenga.com.br/transtornos-mentais/transtornos-sexuais/sadismo>.

⁶ Envolve ato sexual real ou simulado de ser humilhado, espancado, atacado, ou outra forma de submetido a sofrimento. Retirado: julho, 20, 2013 de <http://www.sexualidadeevida.com.br/masoquismo.php>.

⁷ É uma prática que consiste num indivíduo conseguir obter prazer sexual através da observação de pessoas. Retirado: julho, 20, 2013 de <http://pt.wikipedia.org/wiki/Voyeurismo>.

as distorções cognitivas, o descontrolo afetivo e problemas de personalidade” (Vieira, 2010, p.52).

Num estudo semelhante, Vieira (2010) refere que os agressores sexuais têm tipologias diferentes em função das suas características e a sua categorização é bastante útil para a investigação criminal. Quer ao nível da identificação das principais características de um determinado indivíduo que comete determinado comportamento sexual ofensivo, quer mesmo ao nível da reincidência do crime por parte do mesmo indivíduo.

Com o avançar da tecnologia, a influência dos meios de comunicação tiveram influência no aumento das ofensas sexuais, que passaram a ser consideradas como um comportamento criminal e que tem já bastante preponderância na “saúde pública” (Vieira, 2010, p.57). As consequências deste crime podem ser traumáticas e duradoras. Na maioria das situações, os ofensores são imputáveis e vivem inseridos na sociedade, ocorrendo assim a necessidade de saber quais as características destes. Têm uma visão negativa sobre as mulheres, mitos sobre a violação, condenam a violência, mas identificam-se com o papel de género masculino. Têm baixa autoestima, problemas de abuso de substâncias, não conseguem gerir os sentimentos de raiva e o seu estado de humor (Vieira, 2010, p.58). Segundo Maria Francisca Rebocho, em 2007, estes agressores “aproximam-se muito mais das características da população portuguesa do que da imagem de violador, como um grande criminoso” (Vieira, 2010, p.58).

Segundo um estudo efetuado por Groth (Vieira, 2010) existem três fatores presentes nos indivíduos que praticam ofensas sexuais: a hostilidade, o poder e a sexualidade. A conjugação destes fatores dá origem a três padrões de agressão sexual:

- a) a violação de hostilidade, em que a violência tem o objetivo da excitação;
- b) a violação de poder, em que o comportamento de agressão sexual é uma forma de compensar a vida rotineira do indivíduo, que procura exercer poder e controlar as suas vítimas;
- c) a violação sádica, na qual a violência é premeditada, originando lesões, por vezes graves, na vítima (Vieira, 2010, p.59).

Isto significa que agressão sexual pode ser efetuada por muitos indivíduos com características comportamentais que não se conseguem perceber facilmente. Percebe-se que os agressores sexuais não têm “estilo de pensamento criminal vincado” (Vieira, 2010, p.210).

2.4. Violência na rede

A internet também chamada de rede, por ser um meio pelo qual milhares de pessoas conseguem trocar todo o tipo de informação, é um meio de comunicação do qual, atualmente, a sociedade não consegue prescindir. Pessoas conhecidas e desconhecidas conversam, trocam contactos e marcam encontros, com frequência sobre falsas identidades. Além de todo o acesso ser facilitado em locais públicos, nas casas e no próprio local de trabalho, existem também políticas de distribuição de computadores portáteis com serviço de internet, como é o caso do Plano Tecnológico da Educação e os programas e-escola, (Monteiro & Osório, 2008), promovendo um uso móvel e consequente, descontrolo por parte dos pais e professores no que diz respeito à vigilância das crianças e jovens na pesquisa e visualização dos *sites*. Daqui surge um dos maiores problemas que preocupa os pais e os professores, que é a questão dos riscos⁸ ou violências provocadas pelo uso excessivo ou não da Internet e tudo o que advém destas novas tecnologias e o que elas podem promover nos grupos com faixas etárias mais baixas. Na revisão de literatura, verificamos que a *internet* tem três categorias de riscos mais frequentes:

- a) Associados aos conteúdos;
- b) Relacionados com a participação em serviços interativos;
- c) Ligados ao excesso de tempo de utilização, que podem conduzir ao vício e ao isolamento social (Ponte e Vieira cit Ferreira, Monteiro, 2009).

Para Tito Morais⁹ existem cinco “C,” fundamentais para quem utiliza a internet: os “conteúdos (legais e ilegais), contactos, comércio (publicidade), comportamentos (que podem levar a dependência) e o *copyright*” (Ferreira, Monteiro, 2009, p.93).

Mas Nelson Vieira (2010) tem uma ideia diferente, fazendo apenas menção a dois conteúdos importantes: os ilegais (como a pornografia infantil, pedofilia e racismo) e os lesivos (como as opiniões políticas e a religião), sendo que os primeiros são punidos pela lei, como se verifica nos artigos 171.º e 176.º do Código Penal, e os segundos considerados do domínio moral, o que exige sensibilização e competências.

⁸ Um risco é a possibilidade, elevada ou reduzida, de alguém sofrer danos provocados pelo perigo.

⁹ Fundador do *site* miúdos seguros na net.

Num estudo feito por Ferreira e Monteiro (2009), os *chats* que são a moda de hoje em dia da internet, conseguem construir frases nos jornais como: “Três em cada quatro jovens aceitam lanchar com estranho” (Diário Digital cit Ferreira, Monteiro, 2009). Estudos elaborados em escolas de quatro concelhos, não divulgados, concluem que “72% dos alunos de 11º ano afirmam não ter problemas em encontrar-se com alguém que conheceram na *Internet*.” O agravamento desta situação aumenta quando as crianças e os jovens não têm noção do perigo que correm e divulgam os próprios contatos pessoais nestas salas de conversação ao dispor de qualquer agressor ou “predador pedófilo” (Almeida, 2009). A Polícia Judiciária já afirmou, numa notícia do Jornal de Notícias (JN) de setembro de 2007, que “sítios como a internet dirigidos aos mais novos são alvos preferenciais de pedófilos.” As crianças e jovens passam muito do seu tempo em locais como *chats*, *Messenger*, correio eletrónico, a fazer *downloads* e em redes sociais como o *Facebook*. A publicação de imagens nestas redes sociais pode constituir um risco. Numa análise¹⁰ feita às redes sociais, verifica-se que a partir destas é possível criar um perfil do próprio indivíduo, onde se percebe onde vive a pessoa, o que faz e a idade que tem. Daqui podem suceder situações como perseguições, chantagens ou roubo de identidade, como é o caso do *Phishing*¹¹. Estas situações podem dar origem a outras bem mais complicadas, como a criação de perfis falsos; em que há cibernautas que se fazem passar por outras pessoas e daqui partem para situações de violência na *internet*, como é o caso do *cyberbullying*. Entende-se por este conceito o “uso e difusão de uma informação para fins difamatórios, em formato eletrónico, através de meios de comunicação com email, SMS, MSN ou Rede Sociais (*Facebook*, *HI5*) em plataformas eletrónicas, de difusão de conteúdos, onde um indivíduo ou grupo pretendem, de forma deliberada e repetida, causar mal estar a outro” (Fernandes cit Almeida 2011,p.9).

Outra situação comum é a de abuso, sendo que esta engloba várias questões de risco *online* ao nível sexual, como o *Grooming*, que é “o processo de sedução, visto como uma forma de manipulação que serve uma grande quantidade de propósitos, entre os quais acabar com a resistência da criança para que esta se envolva em atividades sexuais, alegar a situação ou situações onde o abuso sexual possa acontecer, tornando, ao mesmo tempo, menos provável a denúncia por parte da criança do ato abusivo” (Almeida, 2011, p.9).

¹⁰ Feita por Paula Ferreira e Ana Francisca Monteiro.

¹¹ Roubo de identidade pessoal.

Um estudo semelhante de Lannig cit Almeida (2011) diz que o predador ganha a confiança da criança pelo processo *Grooming*, tendo a oportunidade de abusar da vítima ou e a explorar. Os comportamentos normais deste tipo de agressor são de um homem que se apresenta como o amigo adulto da criança, que divide os mesmos interesses, dá muitas vezes às crianças presentes e demonstra entendimento e bem-estar para os seus problemas. Com o passar do tempo, o adulto estranho envolve-se apenas numa relação com a criança e faz com que esta crie uma distância entre si e os seus pais ou outras pessoas importantes na sua vida, que exerçam a função de proteção contra qualquer forma de abuso. Esta ação terá como objetivo diminuir a probabilidade de ser descoberto. Recolhe informações sobre interesses da vítima (desporto, religião, educação, internet) e as suas vulnerabilidades, de maneira a completar as falhas físicas e emocionais que identifica no jovem e, naturalmente, adquirir a sua confiança e controlo sobre o mesmo, através da simpatia, da pressão de pares e até das ameaças. Muitas crianças não têm noção do que é na realidade o conceito de sexo, daí serem aliciadas e manipuladas pelos agressores mais experientes, não compreendendo ou não reconhecendo a extensão do problema em que se estão a envolver. Os agressores melhoram assim as suas relações com jovens fazendo conversas de cariz sexual enviando mensagens, imagens pornográficas ou filmes ou até mesmo exibição de partes do corpo. Têm como objetivo normalizar comportamentos sexualizados dentro das relações estabelecidas, fomentando um acréscimo da intimidade sexual, através de contatos físicos virtuais mais íntimos com a vítima, até que a criança chega ao ponto de se sentir preparada para ter atos sexuais com o agressor cibernauta (Almeida, 2011).

Outra situação que pode ser considerada como violência na rede ou até mesmo um risco, é facultar informações e/ou imagens íntimas, promovendo a pornografia *online*, colher comentários sexuais indesejados ou ter conversas sobre sexo *online*, o chamado *sexting*, contactos *online* com desconhecidos e encontros reais, chamados *offline*, com um contacto conhecido *online*, constituindo riscos menores, mas perigosos. Isto leva a outro risco, mais recente, que é o “abuso sexual *online*, pois existem muitas conversas íntimas, troca de materiais de cariz sexual, conversas sexualizadas ou fornecimento/solicitação de informações sexuais com alguém conhecido unicamente *online*” (Almeida cit Baumgartner, Valkenburg, Peter, 2011, p.9). Os adolescentes são as vítimas mais fáceis, pois a sua curiosidade sexual e o uso da internet de uma forma não segura é frequente nestas idades. Estabelecer conversas com pessoas desconhecidas e partilham informação pessoal. A consulta de *sites* com os vídeos e imagens pornográficas e a navegação nos

chats permitem a interação entre adolescentes e desconhecidos, com o objetivo de gratificação sexual. As amizades *online* têm atraído bastante as atenções dos adolescentes e das crianças, especialmente quando levam a contactos *offline* ou ao fornecimento de informação pessoal *online*. Em 2011, a atividade de risco *online* mais comum, declarada pelas crianças, terá sido comunicar com novas pessoas que não conhecem presencialmente; 30% das crianças europeias dos 9 aos 16 anos¹² que usam a internet já comunicaram com alguém que não conheciam cara-a-cara, uma atividade que tem a duplicidade de ser arriscada e divertida.

Um estudo¹³ revelou que um em cada utilizador regular da internet, entre os 10 e 17 anos, recebeu solicitações no último ano. Estas eram feitas por adultos com idades compreendidas entre os 18 e os 25 anos que comunicavam com os jovens através de *chats*, mantendo com os mesmos conversas sexualizadas e, por vezes, a prática real de atos sexuais, tais como a masturbação. Na maioria das vezes, este tipo de incidente é breve e facilmente evolui para conteúdos mais agressivos, incluindo contactos ou tentativas de contactos *offline* com o adolescente. Em Portugal, 5% das crianças e jovens respondem que já tiveram encontros *offline* com pessoas que conheceram *online* e 16% diz manter ainda contactos com essas pessoas, sendo que se situam, apesar de tudo, abaixo da média europeia, que é de 9%, no primeiro caso descrito, e 30%, no segundo.

2.5. Pedofilia e Pornografia na internet

A exploração sexual de crianças e adolescentes tem crescido bastante nestes últimos tempos devido à multiplicação de locais onde se pode aceder à internet, bem como a sua utilização com acesso ilimitado. Assim, a pedofilia também tem vindo a ganhar terreno, permitindo que os seus praticantes realizem todas as suas fantasias, como, por exemplo, a troca de vídeos, imagens e fotos.

É, também, conhecido, e referido por Nogueira (2010) o aumento de raptos de crianças e adolescentes com o objetivo de os explorar sexualmente e/ou envolvê-los em redes de tráfico e prostituição, podendo a sua compra ser já elaborada pela própria internet. Através de pacotes turísticos, os pedófilos podem adquirir os “trabalhos” feitos pelas crianças

¹² Dados retirados do relatório EU KIDS ONLINE citado por Almeida 2011.

¹³ Finkelhor, Mitchell e Wolak (2000) realizaram um inquérito nacional a uma amostra de 1501 jovens entre os 10 e 17 anos.

Assim, importa reforçar o conceito desse crime. Desta forma, a pedofilia pode ser definida como “um distúrbio sexual, onde o indivíduo adulto sente desejo compulsivo, de caráter homossexual ou heterossexual, por crianças ou pré-adolescentes. Este distúrbio ocorre, na maioria dos casos, em homens de personalidade tímida, que se sentem impotentes e incapazes de obter satisfação sexual com mulheres adultas. Muitos são homens casados, insatisfeitos sexualmente. Geralmente são portadores de distúrbios emocionais que dificultam um relacionamento sexual saudável com as esposas” (Nogueira, 2010, p. 1). Nogueira (2010) refere que os indivíduos pedófilos podem classificar-se em dois tipos: um tipo exclusivo, que tem apenas interesse ou uma atração por menores, por crianças, e o outro tipo que sente interesse em indivíduos adultos, que é o tipo não-exclusivo. Os pedófilos atuam normalmente segundo os seus desejos e a sua atividade mais vulgar. Estes têm como desejo despir e observar a criança, gostam de exhibir-se, masturbar-se na presença dela, ou tocá-la. Há, no entanto outros que fazem mesmo a penetração vaginal, anal e por vezes oral, com os dedos, objetos estranhos ou pénis e para isso a maioria utiliza vários níveis de força. Estas atividades são explicadas como desculpas ou racionalizações que têm valor educativo para a criança, utilizando o argumento de que esta obtém prazer sexual com os atos praticados ou de que a criança foi sexualmente provocante. Existem ainda outros casos em que o pedófilo obtém a confiança da mãe, casa-se com a mulher que tem uma criança que o atrai e daí parte para o tráfico dessa criança juntamente com outros pedófilos. Nestes casos, pode ocorrer também o “Sadismo Sexual, em que o indivíduo pode obter as necessidades da criança para seu próprio proveito, ou seja, através do afeto, interesse e lealdade e daí a criança não denuncia a atividade sexual” (Nogueira, 2010, p. 2).

“Pornografia provém do grego “porno” (prostituta) e “grapho” (representação), o que, significa “representação da prostituta” o que se encontra facilmente nas páginas pornográficas da Internet, em que o ato sexual é feito na íntegra. As páginas *web* disponibilizam conteúdos eróticos, seduzem os cibernautas que são aqueles que usufruem da pornografia através da Internet neste caso, e muitas das vezes até pagam para aceder a conteúdos sexuais, como é o caso da pornografia” (Mendes, 2011, p.25).

O acesso à pornografia na internet é feito em qualquer lugar e até mesmo em qualquer momento, sendo o anonimato o principal motivo destes consumidores pornográficos usufruírem da mesma. A indústria da pornografia caracteriza-se por utilizar

sempre a melhor tecnologia do mercado para a divulgação dos seus produtos, sendo até esta tecnologia a divulgação de muitas tecnologias de difusão de informação *online*.

A pornografia pode ser de vários tipos sendo que a maior produção é feita a nível infantil. A Organização Internacional de Polícia Criminal (Interpol) define pornografia infantil “como a consequência da exploração ou abuso sexual perpetrado contra a criança, podendo ser caracterizada como qualquer meio de representar ou promover o abuso sexual de uma criança, inclusive impresso e/ou gravado, focalizando atos sexuais ou órgãos sexuais de crianças” (Marzoch, 2003,p.120).

Os especialistas no estudo deste tipo de crimes, como Retana (2006) nomeadamente de pornografia infantil, explicam que estes agressores se encontram no ciberespaço, num lugar virtual onde existam crianças e onde possam lucrar com isso e com a total liberdade. A pornografia pode cair numa dependência, numa doença, pois a evolução desta tecnologia e a adaptação dos conteúdos pornográficos para diferentes formatos está cada vez melhor. Assim na Internet, como meio aberto, o material circula de maneira a que qualquer pessoa tenha o livre acesso aos conteúdos. A internet tem vindo a ser cada vez mais importante na internacionalização da pornografia e do abuso sexual de menores que, com o avançar desta tecnologia, tornou-se possível de uma “maneira barata, rápida, interativa e de forma anônima” (Retana, 2006, p.47).

A troca de informações que se faz na internet pode ter carácter íntimo, devido à pessoa não se identificar e daí se partir para uma “esfera íntima da rede de computadores” (Landini, 2000, p. 53). As pessoas têm comportamentos mais libertos, onde se expõem mais, os quais não conseguiriam fazê-lo de outra forma em sociedade. A internet possui um “carater paradoxal” (Landini, 2000, p. 56) onde a troca de informações é mais segura e rápida. Daí a troca de pornografia infantil ser um dos grandes problemas da internet, sendo um dos tipos de crime que cresceram ou ficaram mais percetíveis, mais expostos, com o aparecimento e o crescimento da rede de computadores.

Segundo Neves cit Singel (2009), a dependência de pornografia poderá ser considerada uma doença que incapacita os indivíduos de conseguirem gerir as suas atividades sexuais, caraterizada pelo comportamento obsessivo de consumo de conteúdos pornográficos em prejuízo de outro. Os consumidores de pornografia têm de substituir os seus relacionamentos pessoais e compromissos importantes por sexo na Internet ou outras formas de pornografia. Esta é a “maior preocupação existente para a saúde psicológica atualmente” (Neves cit Layden, 2009, p.36).

A facilidade de acesso à pornografia cria pressão sobre os relacionamentos entre indivíduos, autoimagem e autoestima, e há um aumento de preocupação por parte dos pais e professores com o aumento dos *sites* desta matéria. Um estudo¹⁴ sobre esta matéria de investigação, revela que um grupo de crianças confessou ter visto imagens sexuais *online*, e que 40% dos pais negavam esse facto.

Para Whitby (2013), existem assim dois tipos de riscos provenientes das buscas e navegação na internet por parte dos indivíduos, sendo eles: Riscos sociais, como é o caso do *cyberbullying* e Riscos comerciais, como o roubo de identidade *online*, sexualização precoce da infância, a ameaça de conteúdos gerados pelos utilizadores – websites, pro-anorexia, pré-bulimia e pró- autoflagelação, o vício do ecrã e a possibilidade da utilização da internet alterar a forma de pensar dos jovens. As questões do *cyberbullying*, o *sexting*¹⁵, a publicação de imagens obscenas e o acesso a *websites* não aconselhados a determinadas idades, são cada vez mais um ponto a abordar pelos pais e pelos professores.

Um psicólogo especialista em internet diz “que os pais não conseguem ajudar a maximizar a utilização que fazem dessa tecnologia, que é um recurso incrível” (Whitby, 2013, p. 25).

Vários psicólogos educacionais descobriram que existe um número crescente de casos de conduta sexual imprópria nas escolas secundárias. Isto pode ser resultado do acesso precoce à pornografia na internet. Tal como indica Papapoulos, no seu estudo *Sexualisation of young people*, “ na internet não se faz separação de águas e podem aparecer imagens sexualizadas em todos os lados, sendo algumas até indiscriminadamente enviadas para contas de correio eletrónico e telemóveis” (Whitby, 2013, p. 25). Por isso qualquer pessoa pode recebê-los. Numa investigação feita acerca da exposição à pornografia ou da sua utilização, sabendo que existem sempre restrições neste estudo, devido às pessoas se sentirem de um certo modo constrangidas, verificou-se que:

- a) Quase um quarto dos jovens e crianças europeus entre os 9 e os 16 anos tinham visto imagens sexuais;
- b) As crianças mais velhas têm mais probabilidade de terem sido expostas, - 11% das crianças entre os 9 e os 10 anos, mas 36% dos jovens entre 15 e os 16 anos;

¹⁴ EU Kids Online (www.eukidsonline.net) retirado por Pamela Whitby (Whitby, 2013).

¹⁵ Envio de mensagens escritas ou imagens de cariz sexual.

- c) Tratava-se de imagens *online* e *offline*¹⁶;
- d) No Reino Unido, a internet, representa uma fonte menos importante de imagens de cariz sexual quando comparada com outros meios, como a televisão ou o vídeo (Whitby, 2013).

Importa então saber quais os riscos que podem surgir com o uso da internet e uso de determinadas redes sociais.

2.6. Riscos e oportunidades¹⁷

Um dos pontos que provoca mais terror nos pais é o aliciamento sexual na internet em que um agressor sexual usa a internet para conhecer crianças e jovens com o intuito de mais tarde abusar deles. No Reino Unido o aliciamento é conhecido como “a conduta de um suspeito de pedofilia que dê a uma pessoa racional motivos de preocupação de que qualquer encontro pessoal com uma criança, derivado dessa conduta, se pode destinar a fins ilícitos” (Whitby, 2013, p. 19). Assim um pedófilo é alguém que se interessa por crianças pré-púberes¹⁸, segundo o artigo 171.º do Código Penal, um predador sexual é um indivíduo que se interessa por jovens pós-púberes¹⁹, explanado no artº173.º do Código Penal.

A Elena Martellozzo, criminalista no Reino Unido, qualifica estes indivíduos como ofensores sexuais, em vez de predadores.

Esta psicóloga defende que o aliciamento por parte dos ofensores tem características como:

- a) Levarem as crianças a colaborar, mostrando interesse sobre a vida delas, dando-lhes apoio e mostrando compreende-las;
- b) Relativamente às suas preferências sexuais, os perfis dos aliciadores na internet podem variar entre uma grande abertura e confiança e a máxima cautela na

¹⁶ É um termo da língua inglesa cujo significado literal é “*fora de linha*”. É habitualmente usado para designar que um determinado usuário da internet ou de uma outra rede de computadores não está conectado à rede. Retirado em junho, 20 de 2013 em: <http://www.significados.com.br/offline/>.

¹⁷ Ver apêndice I. (p.22)

¹⁸ Antes da puberdade.

¹⁹ Depois da puberdade.

abordagem do assunto. Antes de abordar uma criança, fazem uma avaliação prévia e têm um comportamento passivo, pelo menos inicialmente;

- c) Os mais confiantes e que gostam de correr riscos podem, declarar abertamente um desejo “pervertido” de relações “pedófilas”;
- d) Os indivíduos mais cautelosos apresentam como fotografia de perfil figuras de banda desenhada ou brinquedos;
- e) Os mais cautelosos são provavelmente os mais perigosos, porque sabem como não deixar rasto e são os mais difíceis de identificar;
- f) Estes predadores podem insistir em ver a potencial vítima pela *webcam*, em ouvir uma voz ou em receber fotografias antes de começar a aliciar ativamente;
- g) Nem todos os aliciadores pretendem encontra-se com uma criança. Alguns só procuram imagens para partilhar com os outros abusadores;
- h) Alguns obtêm imagens para poderem vir a chantagear as vítimas;
- i) Crianças problemáticas oriundas de famílias disfuncionais tendem a ser mais vulneráveis ao aliciamento. E os agressores sexuais sabem disso (Whitby, 2013, p. 20).

Whitby (2013) refere que um relatório efetuado recentemente no Centro de Proteção Online contra a exploração de Crianças no Reino Unido (CEOP) atesta que o aliciamento na Internet é uma tendência central e em crescimento. Numa análise, verificou-se que de fevereiro de 2009 a março de 2010 existiram 6291 denúncias de suspeitos de abuso sexual de crianças, e que 25% das quais estão relacionadas com o aliciamento. Este aliciamento é feito pela internet e não propriamente no mundo real, verificando-se que as crianças não têm capacidade para perceber que estão a ser aliciadas ou que podem estar em perigo, diz a Elena Martellozzo.

Em Portugal a campanha clickCEOP²⁰ que é uma linha de alerta que se insere na internet segura. A maioria dos especialistas no domínio da e-segurança²¹ concorda que se deve ter em atenção três ou quatro categorias, em que várias organizações denominaram-nas de “3C”, que significam:

- a) Contato – com desconhecidos, potenciais abusadores de crianças ou *bullie*;
- b) Conteúdo – pornografia, violência e o conteúdo gerado pelo utilizador, que pode incluir mensagens de ódio, ou *websites* pró-anorexia, pró-bulimia e pró-flagelação;

²⁰ Child Exploitation and Online Protection Centre.

²¹ Projeto escolar de tecnologia informática.

- c) Custo e comércio – trata-se dos riscos comerciais, tais como recolha de dados ou publicidade não aconselhável a crianças, pirataria ou descarregamentos ilegais, malware;
- d) Conduta – incentivar a ter um comportamento responsável na internet, aconselhando à não revelação de palavras-passe e outros dados importantes (Whitby, 2013, p.20,21).

As denúncias de suspeitas de aliciamento feitas ao CEOP em 2009/2010 foram 1536, em que

- a) 28% implicavam o incitamento da criança à prática do ato sexual;
- b) 25% eram relativas aos contatos suspeitos;
- c) 12% envolviam o incitamento da criança a assistir a um ato sexual;
- d) 11% referiam-se a contatos suspeitos na Internet com a criança, através de sites de redes sociais;
- e) 9% eram combinações de encontros com crianças;
- f) 417 denúncias relacionadas com o uso do Windows Live Messenger (MSN);
- g) 166 denúncias relacionadas com o uso do *Facebook*;
- h) 55 queixas relacionam-se com atividades suspeitas *offline*.

No contexto internacional e nacional, são diversas as iniciativas relativamente à segurança na Internet que têm vindo a ser desenvolvidas ao longo dos anos. No ano 1999 surgiu, por iniciativa da Comissão Europeia, o programa *Safer Internet*, seguida, em 2005, pelo programa *Safer Internet Plus*, com o objetivo de dinamizar projetos de promoção da utilização segura da Internet por parte dos Estados Membros. É importante salientar que desde 2004 a nível europeu, todos os anos existe a iniciativa Dia Internet Segura ou *Safer Internet Day*, que liga crianças e jovens de toda a Europa, convidando-os a participar em atividades propostas pelo site chamado de *Insafe*. No âmbito do programa *Safer Internet Plus*, a nível nacional, o Ministério de Educação desenvolveu, em 2004, o projeto *Seguranet*, com o intuito de promover uma utilização esclarecida, crítica e segura da Internet junto dos estudantes do ensino básico e secundário. Praticamente desde o seu início este projeto adotou a orientação estratégica de garantir a segurança e a privacidade no uso da Internet, mais especificamente, assegurar que todos, e em particular as famílias, disponham de instrumentos de proteção de riscos que possam ocorrer no uso da rede. No

seguimento destas iniciativas, o projeto *Internet Segura* surge com o intuito de combater conteúdos ilegais, promover a utilização segura da Internet, consciencializar a sociedade para os riscos associados à utilização da Internet e minimizar os efeitos de conteúdos ilegais e lesivos nos cidadãos. Para ajudar no cumprimento destes objetivos, foi criada a *Linha Alerta*, onde qualquer cidadão pode realizar uma queixa anónima, denunciando conteúdos considerados ilegais, tais como, pornografia infantil e apologia à violência ou ao racismo. Convém, porém, sublinhar que a promoção da utilização segura da Internet em Portugal está especialmente assegurada através do *site* do Projeto SeguraNet que se direciona para alunos, pais, professores e escolas portuguesas e onde se podem encontrar informações que auxiliam os utilizadores na forma como reagir a determinadas situações, como prevenir riscos desnecessários nas navegações na rede e disponibiliza ainda um conjunto de atividades variadas dirigidas aos vários níveis de ensino. (Pires, Novo, & Gomes, 2010, p. 86).

2.7. Legislação informática e penal

A *violência online*²² implica uma variedade imensa de crimes. A tecnologia da informação com as diferenças de velocidade, diversidade, tempo e quantidade de acontecimentos faz com que existam cada vez mais práticas criminais na sociedade de informação. Para além deste ponto existe uma característica fundamental nesta sociedade que é a “ausência de controlo ao nível social” (Santos, 2008,p.4). Aqui deixa de existir o “pôr de parte” e a rotulação da sociedade. No mundo da *Web* as pessoas não estão sujeitas a qualquer tipo de acusação por parte de outros indivíduos. A criminalidade informática tem crescido potencialmente devido a um conjunto largo de fatores como:

- a) A redução do custo do acesso à internet;
- b) A redução do custo dos bens tecnológicos;
- c) Expansão rápida da banda larga;

²² Atos de agressão de carácter físico, verbal, psicológico ou emocional, que sendo repetidos podem levar a danos físicos ou psicológicos graves dirigidos a outro ser humano ou a si próprio (Castro e Osório, 2012). **“Violência online em idade escolar: novos paradigmas, novos fenómenos, novas relações interpessoais”**, in Actas VII Congresso Português de Sociologia, Universidade do Porto, Portugal.

- d) O aumento do conhecimento e acesso por parte de possíveis ofensores de técnicas e métodos de ocultação de provas digitais, como as técnicas de encriptação²³, a compressão digital, a steganografia,²⁴ entre outros;
- e) E o acréscimo da literacia computacional²⁵ por parte da comunidade global de internautas²⁶ (Santos, 2008, p.5).

A tipologia de crimes no mundo informático pode ser variada e daqui consegue-se tirar proveito das fraquezas dos sistemas operativos e até mesmo da estrutura que suporta estes sistemas informáticos, como é a situação de desbloquear telemóveis e *chipcards*, burlas com cartões de crédito, uso de *software* malicioso, práticas de pedofilia, racismo e xenofobia, circulação de manuais da prática de crimes, como o crime organizado, o terrorismo, as drogas, bem como os métodos de devassa da vida privada.

A prova para este tipo de crimes é complicada, devido à sua natureza ser “instável e iminentemente consumida no primeiro ato. Conservar, reter e aceder a prova informática é uma matéria quase impossível. Só se consegue com acautelamento da prova, fazendo por exemplo uma rápida cópia dos ficheiros presentes no computador que os armazena” (Santos, 2008, p.6).

Importa referir que existe uma diferença entre o crime informático e o crime que se faz com as tecnologias informáticas, é a partir daqui que se pronuncia a palavra cibercrime. Por cibercrime entende-se “qualquer atividade criminosa que envolva a utilização de computadores e de redes informáticas. O objeto de classificação pode variar da simples fraude, do *spam* até a atividades mais complexas como o roubo de informações pertencentes a governos ou empresas através da instrução em sistemas remotos, de outros países ou outros continentes” (Santos, 2008. p.7).

²³ A encriptação (utilização de técnicas de criptografia), a autenticação, a autorização e a auditoria de entidades ou sistemas utilizam-se para prever, combater e/ou analisar tentativas de ataque (ou mesmo ataques bem sucedidos). <http://www.pjvenda.net/papers/acrypto/public-key-security-paper.pdf>.

²⁴ Arte de esconder a informação, informaticamente consiste em esconder dados, dentro de outros dados.

²⁵ Conjunto de conhecimentos, competências e atitudes em relação aos computadores que levam alguém a lidar com confiança, com a tecnologia computacional na sua vida diária. Retirado: Maio, 31, 2013, de <http://sisifo.fpce.ul.pt/?r=11&p=43>.

²⁶ Pessoa que navega na internet. Retirado: Maio, 31, 2013, de <http://www.infopedia.pt/linguaportuguesa/internauta;jsessionid=jTYT+US+XTUrxIAcITlupA>.

Devido ao aumento deste tipo de crime, realizou-se uma convenção sobre o cibercrime organizada por um comité de peritos nacionais, congregados no Conselho da Europa. Foi esta convenção que deu origem à Lei da Criminalidade. Através desta Lei também se fez um ajustamento ao Código Penal e ao Código Processual Penal, bem como a elaboração de outras leis.

Importa também fazer uma referência sobre a temática que se encontra no Código Penal acerca dos crimes que incidem mais no contexto sexual. Assim, a “violência sexual é considerada como tal, a partir do momento em que alguém, pode ser homem, mulher, é forçado a ter relações sexuais com ou sem penetração.” Sendo que “a violência sexual” é considerada em situações de abuso, violação e assédio sexual. Assim o art.º 164º do Código Penal refere, n.º1 “Quem, por meio de violência, ameaça grave, ou depois de, para esse fim, a ter tornado inconsciente ou posto na impossibilidade de resistir, constranger outra pessoa:

a) A sofrer ou a praticar, consigo ou com outrem, cópula, coito anal ou coito oral; ou

b) A sofrer introdução vaginal ou anal de partes do corpo ou objetos é punido com pena de prisão de três a dez anos.

2 - Quem, por meio não compreendido no número anterior e abusando de autoridade resultante de uma relação familiar, de tutela ou curatela, ou de dependência hierárquica, económica ou de trabalho, ou aproveitando-se de temor que causou, constranger outra pessoa:

a) A sofrer ou a praticar, consigo ou com outrem, cópula, coito anal ou coito oral; ou

b) A sofrer introdução vaginal ou anal de partes do corpo ou objetos; é punido com pena de prisão até três anos.”

O Código Penal tem bem espelhado quatro capítulos que se debruçam sobre esta temática. São eles os crimes contra a integridade física, os crimes contra a liberdade pessoal, os crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual.

A violência sexual é qualquer ato de natureza sexual não consentido. É a agressão focalizada na sexualidade da pessoa mas que a atinge em todo o seu ser e, como podemos ler anteriormente, é um crime punido pela lei. O facto de se utilizar a sexualidade para chantagear e humilhar alguém é reconhecido pela lei como uma agressão punível mesmo numa situação entre pessoas casadas ou simplesmente namorados. Assim, a violência

sexual envolve todos os comportamentos sexuais, pode ser instrutiva ou invasiva. Esta inclui os contatos físicos, exploração sexual, prostituição infantil, pedofilia, pornografia e os comportamentos sem contato físico como o exibicionismo, visualização e produção de material pornográfico. A lei pune o ato de forçar alguém a ter uma relação sexual não desejada, quer seja por violência, chantagem ou pressão, seja por pessoa conhecida ou não.

O abuso sexual é qualquer atividade sexual iniciada por uma pessoa que não obtém o consentimento da outra. Os abusos sexuais contra menores são todas as situações em que crianças e adolescentes são utilizados pelos adultos para ter prazer sexual, quer através de violência, sedução ou chantagem.

Consideram-se ainda como situações de abuso, as práticas de carácter exibicionista perante o outro, obscenidade escrita ou oral, obrigatoriedade de assistir a espetáculos pornográficos, o uso de objetos pornográficos ou ainda se o menor é usado para fins fotográficos ou filmes de índole pornográfica (art.º 171 do Código Penal).

Esta definição compreende crimes contra a autodeterminação sexual de crianças (menores de 14 anos). Ou seja, qualquer ato sexual com um menor de 14 anos é considerado abuso. Entre os 14 e os 16 anos considera-se abuso se for provado que houve aproveitamento de inexperiência do menor por parte de um adulto.

Na realidade as leis deveriam seguir todas as linhas examinadas pela Interpol, considerando atentamente, cada ponto seguinte:

- a) Existem leis que criminalizem a pornografia infantil?
- b) As leis existentes incluem uma definição legal da pornografia infantil?
- c) A distribuição de pornografia infantil através de computadores e da Internet é crime?
- d) A posse de pornografia infantil é crime?
- e) Os operadores de serviços Internet são obrigados a reportar às autoridades os casos suspeitos de pornografia infantil?

A legislação portuguesa executa apenas com 2 dos 5 critérios acima referidos. Em Portugal existem leis que criminalizam a pornografia infantil e o art.º 172º do Código Penal permite inferir a utilização das tecnologias de informação e comunicação como meio para o crime de distribuição de imagens, sons ou filmes que mostrem claramente menores com menos de 14 anos envolvidos em atos sexuais. Por outro lado, ainda segundo o estudo, não existe na legislação portuguesa uma definição legal de pornografia infantil, a posse de

pornografia infantil não é crime e os operadores de serviços Internet não são obrigados a reportar às autoridades os casos suspeitos de pornografia infantil (Morais, 2008).

É de referir que crimes informáticos ou que implicitamente estão relacionados com o meio informático são da competência da PJ. Como se pode ver explanado na Lei de Organização de Investigação Criminal:

Artigo 7º n.º 3 “É ainda da competência reservada da Polícia Judiciária a investigação dos seguintes crimes, sem prejuízo do disposto no artigo seguinte:

l) Informáticos e praticados com recurso a tecnologia informática”.

2.8. Enquadramento dentro da Instituição GNR e o contexto Português

A Guarda Nacional Republicana tem a seguinte composição²⁷:

Em que a função do Comando de Doutrina e Formação é assegurar o comando e direção da Guarda nos domínios da doutrina e formação do efetivo da Guarda segundo art.º 34º da Lei n.º 63/2007 de 6 de novembro. A Direção de Doutrina tem as competências constantes no art.º 16º²⁸ Assim, neste âmbito cabe a esta Direção divulgar os objetivos pretendidos para o ano decorrente do Quadro de Avaliação e Responsabilidade (QUAR). Em 2009, foi aprovado pelo General Comandante Geral da GNR (juntamente com a Direção de Operações do Comando Operacional) que através do Referencial de Formação

²⁷ Ver Apêndice J (p. 23).

²⁸ Artigo 16.º **Direção de Doutrina:**

- a) Avaliar permanentemente a situação do corpo doutrinário existente, de acordo com a doutrina militar nacional, na perspectiva conjunta e combinada, bem como a sua evolução e actualização;*
- b) Accionar, coordenar e controlar a execução da produção doutrinária e estabelecer ciclos de produção de doutrina, de acordo com as prioridades estabelecidas pelo comandante -geral;*
- c) Coordenar a produção e a difusão de publicações doutrinárias da Guarda;*
- d) Propor a validação interna de processos e da produção doutrinária e acompanhar e colaborar na validação externa;*
- e) Assegurar a normalização, uniformização e validação da terminologia;*
- f) Desenvolver acções de investigação e análise numa lógica prospectiva e recolher, analisar, integrar e explorar o retorno de experiências;*
- g) Promover, organizar e ou colaborar na realização de reuniões, seminários e palestras com interesse para a doutrina da Guarda;*
- h) Assegurar a supervisão da aplicação da doutrina da Guarda; i) Assegurar o desenvolvimento de outras atribuições que, no âmbito das suas competências, lhe forem superiormente cometidas (Decreto-Regulamentar n.º19/2008 de 27 de novembro).*

denominado “Segurança na Internet”, na necessidade de promover informação segura acerca da utilização da Internet junto das comunidades. Tendo em consideração que já existiam ações desenvolvidas pelos Núcleos Escola Segura (NES) no que concerne à segurança escolar, existiu a necessidade de conciliar os conteúdos e os procedimentos pedagógicos das ações de formação dadas pelo NES, com a Divisão de Ensino, e procurar uma instituição que fosse conhecedora dos riscos e vantagens existentes no uso da internet e promover, desta forma, uma navegação segura. Assim, estabeleceu-se com a Fundação Portugal Telecom um protocolo de cooperação no sentido de conjuntamente se gerar dispositivos de formação sobre “Comunicar em Segurança – Segurança na Internet”. Assim, surgiram três dispositivos de formação, sendo são eles, os Manuais de Apoio ao Formador, o Guia de Sessões pedagógicas e o Caderno de Apresentação.

Neste Manual de Apoio ao Formador encontramos informação variada. Um dos pontos que importa referir é o caso da utilização da internet em Portugal: 78% das crianças entre os 9 e os 16 anos usam a Internet. As crianças e jovens portugueses estão entre as crianças europeias que acedem mais à internet nos seus quartos (67%) do que noutros lugares da casa (26%), uma diferença mais acentuada do que na média europeia.

Portugal é um dos países com menor incidência de riscos, abaixo da média europeia (12%): apenas 7% das crianças e jovens declarou já se ter deparado com riscos como pornografia, *bullying*, mensagens de cariz sexual, contato com desconhecidos, encontros *offline* com contatos *online*, conteúdo potencialmente nocivo gerado por utilizadores e abuso de dados pessoais.

Contudo, Portugal é um dos países onde mais crianças e jovens declaram já ter sentido bastantes vezes que estavam a fazer um uso excessivo da Internet (49%), muito acima da média europeia (30%).

Entre as crianças e jovens que viram imagens sexuais, uma em quatro declara ter ficado incomodada com isso. O risco de *bullying online* foi referido apenas por 2% das crianças e jovens, sendo menor do que o ocorrido presencialmente (8%), e ambos estão abaixo da média europeia (respetivamente 5% e 17%). Entre as crianças e jovens, estas têm um perfil numa rede social. Destas, 34% tem até 10 contatos e 25% até 50. Entre os jovens utilizadores de redes sociais, 25% tem o perfil público, enquanto 7% partilham a morada ou número de telefone (estão entre os que menos o fazem em comparação com as outras crianças europeias) (Informação n.º 051/13/CDF/DF).

Capítulo 3.

Trabalho de Campo – Metodologia e procedimentos

3.1. Método de Abordagem ao Problema e Justificação e Técnicas

Após a realização da revisão bibliográfica que consideramos que se enquadra na problemática da investigação, importa encontrar dentro da metodologia de investigação um processo de seleção da estratégia de investigação que seja adequado aos objetivos que pretendemos alcançar. Segundo Fortin (2009, p.47) o processo de investigação comporta quatro fases: conceptual, metodológica, empírica e de interpretação. Assim, na fase concetual, o indivíduo necessita de formular ideias e recolher documentação sobre o tema que escolheu, para que chegue a uma clara conceção do problema. E na fase metodológica procura definir os meios de realizar a investigação. O investigador determina a maneira de proceder para obter as respostas às questões de investigação ou verificar as hipóteses²⁹. O objetivo do estudo consiste em descrever um fenómeno ou em explorar ou verificar associações entre variáveis³⁰ ou diferentes grupos. O investigador tem de definir a população em estudo, o tamanho da amostra e necessita de métodos de recolha de dados, para assegurar a fidelidade e a validade dos métodos de recolha de dados, obter resultados fiáveis. A investigação aplica-se a uma variedade de fenómenos, em que necessita do emprego de diversos métodos de recolha de dados, mas depende das variáveis estudadas e da sua operacionalização.

²⁹ Hipótese é uma predição sobre uma relação existente entre variáveis, que se verifica empiricamente. É emitida no quadro teórico e supõe que os conhecimentos do investigador sobre o tema são mais amplos do que eram no momento de formular a questão de investigação (Forin, 2009, p.53).

³⁰ Uma variável é qualquer “característica de pessoas, os objetos ou de situações estudadas numa investigação, à que se pode atribuir diversos valores” (Forin, 2009, p.376).

3.2. Entrevistas

Assim, optamos como método para este trabalho e como busca das respostas a este tema, a técnica de recolha de dados que serve para operacionalizar a investigação qualitativa: a Entrevista. “A entrevista é um recurso metodológico que procura, com base em teorias e pressupostos definidos pelo investigador, recolher respostas a partir da experiência subjetiva de uma fonte, selecionada por deter informações que se deseja conhecer. Desta maneira, na pesquisa qualitativa, os dados não são apenas colhidos, mas também resultado de interpretação e reconstrução pelo pesquisador, em diálogo inteligente e crítico com a realidade” (Demo cit Duarte, s/d). A partir daqui as perguntas permitem ao investigador explorar o assunto e até mesmo aprofundá-lo. As entrevistas podem ser individuais e daí a sua profundidade em responder ao tema é maior. As entrevistas têm qualificações conforme a sua tipologia. Normalmente estas são classificadas em abertas, semi-abertas, fechadas, originárias e até mesmo de questões não estruturadas, semi-estruturadas e as estruturadas. A “grande diferença entre uma entrevista aberta e semi-aberta é que o tema central na entrevista não têm um caminho pré-determinado enquanto as semi-abertas já tem as perguntas feitas para se responder a um determinado tema. Nestas, “o entrevistado pode falar à vontade sobre o tema com as palavras que quer e pela ordem que lhe convier” (Quivy e Campenhoudt, 2008, p.193). Já as “entrevistas fechadas são utilizadas para pesquisas quantitativas, quando se deseja obter informações representativas de um conjunto de uma população” (Quivy e Campenhoudt, 2008, p.193).

Assim realizámos seis entrevistas semidirectas, a um grupo aleatório de Comandantes de Destacamento de forma a recolher toda a informação pertinente para este trabalho. Realizámos, ainda, 8 entrevistas a encarregados de educação que se predispuseram e a 14 professores que também contribuíram para a investigação do nosso trabalho. O intuito é diversificar a amostra e encontrar respostas mais exatas possíveis. As entrevistas foram realizadas a estas pessoas para se verificar se existem discrepâncias entre a força policial e os educadores.

Elaborámos um guião de entrevista, diferente, para os Comandantes e para os Professores e Encarregados de Educação. Este guião é composto por 5 perguntas, em que “clarificamos os objetivos e permitir criar uma estrutura para comparação de respostas e articulação de resultados, auxiliando na sistematização das informações fornecidas por diferentes informantes” (Duarte s/d). As entrevistas foram efetuadas, pessoalmente aos

Professores e Encarregados de Educação, enquanto as dirigidas ao Comandantes de Destacamento foram elaboradas por correio eletrónico, tendo em conta o efeito limitador do tempo.

A entrevista pessoal tem as suas vantagens: “com um bom grau de profundidade. Podemos recolher os testemunhos e interpretações dos entrevistados, a linguagem e as categorias mentais e permite explorar muita informação” (Sousa & Baptista, 2011, p. 86). Mas é um processo que pode demorar algum tempo na sua análise e até mesmo nas respostas dadas pelos entrevistados.

Nas entrevistas por correio eletrónico, as desvantagens podem ser várias. O entrevistado responde “simplesmente o que quer e não se transmite expressões faciais e está preparado para responder às questões colocadas e não se sente condicionado pelo tempo e pelo entrevistador” (Bonini, 2000, p.10).

Outra variante que foi aplicada no método para a exploração a usar na investigação deste trabalho foi a entrevista exploratória, tendo sido elaborada uma ao Major Fonseca responsável pela Repartição de Programas Especiais do Comando Operacional da GNR. Sendo que esta entrevista como exploratória serve para “explorar conceitos, descrever experiências, o sistema cultural do ponto de vista das pessoas” (Fortin, 2009, p. 137).

3.3. Amostragem: composição e justificação

Existem as amostras casuais e as amostras não casuais. As amostras não casuais, não probabilísticas ou não aleatórias, são métodos que têm uma amostragem por conveniência ou por quotas. No nosso estudo, o método escolhido foi o de conveniência. Não consegue ser representativo da população e ocorreu por uma participação voluntária dos entrevistados. Este processo não é fiador na amostragem por esta não ser representativa. É utilizado neste tema para garantir e captar ideias gerais e identificar mais os “aspetos críticos do que propriamente a objetividade científica” (Baptista et al., 2011, p.77).

Posteriormente analisaremos o conteúdo das entrevistas, onde se identificarão as partes comuns das respostas e consequentes conclusões.

A análise da entrevista é feita a partir da construção de sinopses, sendo estas construídas em base numa grelha vertical, que no nosso caso, foi adaptada. Colocou-se na primeira coluna o entrevistado e na segunda, as ideias chave do entrevistado na resposta da

temática colocada no guião da entrevista. E, para salientar a resposta do entrevistado, colocámos em ênfase as palavras ou as ideias mais importantes do mesmo.

“As sinopses são sínteses dos discursos que contêm a mensagem essencial da entrevista e são fiéis, inclusive na linguagem, ao eu disseram os entrevistados” (Guerra, 2012, p. 73). O material das entrevistas é descritivo, sendo facilmente identificado a temática e a problemática.

Sendo que as sinopses tem como objetivos principais:

- a) Reduzir o material de trabalho analisar, identificando o que é importante da entrevista;
- b) Permitir o conhecimento da totalidade do discurso e das suas componentes;
- c) Facilitar a comparação das entrevistas;
- d) Ter a ideia geral do conteúdo das entrevistas.

QUADRO 1 Comandantes de Destacamentos Entrevistados

Entrevistados	Nome	Posto	Função
1	Pereira	Capitão	Antigo Cmdt de DTer de Almada
2	Ribeiro	Capitão	Cmdt de CTer de Vila Franca de Xira
3	Ribeiro	Tenente	Cmdt de DTer de Reguengos de Monsaraz
4	Pino	Tenente	Antigo Cmdt de DTer de Miranda do Douro
5	Mendes	Tenente	Antigo Cmdt de DTer de Mogadouro
6	Nogueira	Tenente	Antigo Cmdt de DTer de Alenquer

Capítulo 4.

Trabalho de Campo – Apresentação, análise e discussão dos resultados

4.1. Introdução

Este capítulo comporta a apresentação dos resultados, a sua análise e a sua discussão. Insere-se no trabalho de campo do Relatório de Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada para se realizar a contextualização dos dados com a revisão bibliográfica. Assim, neste capítulo, importa responder às questões levantadas pela investigação e *a posteriori* será feita uma análise e discussão de cada uma das entrevistas realizadas e consequentes conclusões que provêm do trabalho de campo realizado.

4.2. Caraterização da população entrevistada

Os Comandantes são os responsáveis pela resolução de todas as situações de criminalidade e sensibilização para a prevenção de variados crimes. Daí nós termos escolhido aleatoriamente seis Comandantes de Destacamento com experiência em comandar em qualquer tipo de ambiente e em qualquer tipo de situação.

Escolhemos também aleatoriamente quatorze Professores, pois a função deles é educar as crianças e elucidá-las sobre os perigos que elas podem correr com estas novas tecnologias. São Professores de uma escola da cidade de Braga que se dispuseram a responder as nossas perguntas, visto ter sido o local onde a autora realizou o seu estágio.

Os Encarregados de Educação são um suporte fundamental na educação de qualquer jovem. Aleatoriamente escolhemos oito, para nos responderem às questões, para saber qual a educação que eles dão aos jovens no tema desta investigação.

4.3. Análise das Entrevistas

Nesta fase do trabalho, apresentamos e analisamos os resultados obtidos nas entrevistas efetuadas tanto aos Comandantes de Destacamento, como aos Encarregados de

Educação e Professores. Das suas respostas, vamos apenas retirar o que julgamos ser o mais relevante. A entrevista de cada elemento encontra-se na posse da autora e não está disponível no presente trabalho, dada a extensão do mesmo. A análise das entrevistas foi feita em duas fases, a primeira consistiu na junção das ideias mais importantes defendidas em cada pergunta e a segunda fase na realização de tabelas síntese com os conceitos chave justificativos para cada pergunta.

As perguntas têm como objetivo enquadrar o problema e identificar todos os pontos que são bastante importantes, inovadores, bem como as suas limitações na GNR, na prevenção deste tipo de crime. Assim nesta fase analisaremos cada questão das cinco que constituem a entrevista aos Comandantes.

4.3.1. Análise do conteúdo das questões colocadas nas entrevistas aos Comandantes de Destacamento.

QUADRO 2 - Pergunta n.º1: Como pode atuar a GNR para minimizar o crime de agressões sexuais que parte da internet ou até mesmo a própria violência na rede que os menores acabam por praticar?

Entrevistado	Resposta (ideias-chave)
n.º1	- “ Sensibilização no meio escolar, encarregados de educação e professores”.
n.º2	<ul style="list-style-type: none"> - “Sensibilizar os menores para não aceitarem perfis de desconhecidos. - Reforçar a importância junto dos pais e educadores para estarem mais atentos e não os deixarem isolados. - Verificar os históricos de <i>sites</i> e conversação dos filhos. - Bloquear o acesso a determinados <i>sites</i>. - Incentivarem uma relação de confiança e persuadi-los a reportarem os abusos. - Pais e/ou educadores que verificarem algo estranho ou conversas abusivas devem guardar tudo o que possa servir de prova e não responder ao agressor”.
n.º3	<ul style="list-style-type: none"> - “Prevenção. - O controlo adequado pelos pais para prevenção de ataques à privacidade e aos sentimentos. - Ações de sensibilização, no âmbito do Programa Escola Segura, com vista à consciencialização das crianças aos perigos existentes na Internet, nas redes sociais e nos chats. - Público alvo jovens e pais, para os controlar e acompanhar”.

n.º 4	<ul style="list-style-type: none"> - “Ações de sensibilização dirigidas para crianças e jovens, junto das escolas, professores, alunos e encarregados de educação. - Difundindo conselhos úteis, boas práticas, <i>modus operandi</i> típicos dos criminosos, por forma a alertar e prevenir o cometimento de crimes e violência através da internet. Este tipo de ações deveria ser realizado sobretudo pelas Secções de Programas Especiais. - A Guarda pode também fazer um trabalho importante de pesquisa de informação na sua ZA, colhendo informações na internet e nas redes sociais que permitam detetar situações de crime e localizar ameaças, de modo a poder atuar preventivamente e identificar eventuais suspeitos. - Todos os militares que fazem atendimento e investigação nos Postos devem estar sensibilizados e ter formação sobre a recolha de prova e as medidas cautelares de polícia a tomar perante denúncias deste tipo de crime”.
n.º 5	<ul style="list-style-type: none"> - “Através da investigação e repressão e através da prevenção. - Interessa aqui ressaltar o facto de no nosso ordenamento este crime não estar perfeitamente tipificado. - Podendo, no entanto, ser enquadrado em vários outros crimes que existem no catálogo do Código Penal (art.º 152º violência doméstica, art.º 163º coação sexual, os crimes da secção II Crimes contra a autodeterminação sexual, art.º 181º injúria, art.º 192º devassa da vida privada, art.º 193º devassa por meio de informática, art.º 194º violação de correspondência ou de telecomunicações, art.º 199º gravações e fotografias ilícitas). Este facto dificulta por vezes a qualificação do próprio crime, pois de uma mesma ação podem ser enquadrados atos parciais em simultâneo nos vários crimes que acima referi. - Quanto à prevenção, a GNR assume um papel muito importante, nomeadamente através de ações de sensibilização. - O melhor combate a este tipo de fenómeno seria existir uma Unidade com a competência para monitorizar as redes sociais, pois é através destas que são veiculados grande parte destes crimes”.
n.º 6	<ul style="list-style-type: none"> - “Prevenção sistemática da ocorrência do fenómeno. - Preservação da prova. - Ações de sensibilização sobre a segurança para pessoas/entidades com especiais deveres de tutela. - Modus operandi mais utilizados, bem como as consequências decorrentes do fenómeno comportamentos que coarctem a atuação dos potenciais agressores. - A Guarda deverá comunicar todas as situações passíveis de integrarem ilícito criminal que tenha conhecimento, por conhecimento próprio ou denúncia de terceiros, transmitindo-as às autoridades judiciais e à PJ, adotando as medidas cautelares e urgentes quanto aos meios de prova. - Intervenção da Guarda poderá ser fulcral no sucesso das investigações quando seja a primeira entidade policial a ter conhecimento dos factos.

	<p>- Evitando a destruição de elementos sem os quais não será possível prosseguir a finalidade da investigação criminal: averiguar a existência de um crime, determinar os seus agentes e a sua responsabilidade e descobrir e recolher as provas.</p> <p>- Monitorização da rede com vista à deteção deste tipo de ilícitos, de forma a evitar a duplicação/sobreposição de meios afetos a esse fim”.</p>
--	---

A análise a esta pergunta leva-nos a concluir que os Comandantes de Destacamento acham essencial a sensibilização no meio escolar, dos encarregados de educação e dos professores. Pensam ainda que os pais devem verificar o histórico e as conversas que as crianças têm na internet. A prática de ações de sensibilização também é um ponto que todos referem, sendo nestas ações que se devem difundir conselhos úteis e transmitir informações como o *modus operandi* dos criminosos. O entrevistado n.º4 refere que a pesquisa de informação nas próprias zonas de ação (ZA) através das redes sociais será fundamental para detetar situações e localizar ameaças. Os militares também devem estar sensibilizados e ter formação para a recolha de prova e medidas cautelares de polícia perante denúncias deste tipo de crime. O Entrevistado n.º5 sugere que deveria existir uma Unidade dentro da GNR com competência para monitorizar as redes sociais. O entrevistado n.º6 ainda refere a questão da preservação da prova e refere também que o fenómeno da violência na rede pode não incidir só na questão dos crimes sexuais e do *ciberbullying* como também em questões como crimes previstos no Código Penal: a violação de correspondência, assim como gravações e fotografias ilícitas. Este defende que a Guarda deverá comunicar todas as situações passíveis de integrarem ilícito criminal que tenha conhecimento, pelo conhecimento próprio assim como por denúncia de terceiros, fazendo a transferência desses dados para as autoridades judiciais e para a PJ, procedendo às medidas cautelares e urgentes quanto aos meios de prova. Defende ainda que a intervenção da Guarda poderá ser fundamental para o sucesso das investigações, pois pode ser a primeira entidade criminal a ter conhecimento da prática deste crime.

QUADRO 4 - Pergunta n.º2: Considera que os militares estão devidamente informados sobre os procedimentos a efetuar nestes tipos de crimes?

Entrevistado	Resposta (ideias-chave)
--------------	-------------------------

n.º1	- “ Sensibilização incipiente; - Existência de um plano nacional coordenado pelo Comando-Geral para a prevenção da prática de crimes na utilização da internet, nomeadamente redes sociais”.
n.º2	- “Uns mais informados que outros - A GNR deve apostar mais na formação ”.
n.º3	- “São interessados e enriquecem o seu conhecimento. - Os militares sejam autodidatas em relação a este tipo de matérias sensíveis. - Preocupação constante na formação e atualização de quem lida com esta matéria - Chefias da Guarda, trabalham de forma bastante positiva, relativamente à análise e desenvolvimento de doutrina”.
n.º4	- “Não, pois desconhecem a gravidade deste tipo de crimes. As FFSS encontram-se numa fase de desenvolvimento e consolidação de procedimento”.
n.º5	- “ Não estão muito informados , quer por culpa dos próprios que manifestam desinteresse, quer por culpa dos próprios comandos que não fazem um esforço em ministrar instrução neste âmbito aos militares”.
n.º6	- “Órgãos de Polícia Criminal e eventuais pais, não estarão sensibilizados ou devidamente esclarecidos para esta realidade. - Definir e consolidar procedimentos. - Ações de sensibilização para as potenciais vítimas e para as pessoas/entidades com especiais deveres de tutela (podendo equacionar-se a elaboração de uma <i>checklist</i> com procedimentos a adotar e/ou informações/dados a recolher ou a promover a preservação”.

A análise leva-nos a concluir que a GNR deve apostar na formação e atualização deste tema. As Chefias da GNR deviam apostar de forma positiva no desenvolvimento da doutrina. Os entrevistados n.º4 e n.º5 respondem que os militares não estão muito informados, são desconhecedores e não mostram interesse pelo tema. O entrevistado n.º6 defende que tanto os Órgãos de Polícia Criminal, não estão sensibilizados ou esclarecidos quanto à realidade. Refere ainda que as ações de sensibilização devem ser feitas para potenciais vítimas e para as pessoas/entidades com especiais deveres de tutela. Sendo o único que defende a ideia da criação de uma *checklist* com procedimentos adotar, informações a recolher ou a promover a preservação.

QUADRO 5 - Pergunta n.º 3: Existem ações de formação elaboradas pelos militares aos pais e aos professores? O que deveria ser elaborado?

Entrevistado	Resposta (ideias-chave)
n.º1	- “Elaboração de folhetos e apresentações para explicar a problemática associada à utilização das novas tecnologias”.
n.º2	-“Existem a crianças e jovens, algumas aos pais através do Programa Escola Segura/Secção de Programas Especiais do Destacamento. Existiam apresentações elaboradas pelos próprios militares da Secção agora existe mesmo apresentações elaboradas ao nível do Comando, e atualmente, no âmbito do protocolo da GNR com a Fundação PT sobre “Comunicar em Segurança” ”.
n.º3	- “Existem. É normal os militares realizarem várias ações de sensibilização nas escolas e por norma são convidados os pais para assistirem. - Envolver mais instituições , até mesmo empresas ou OCS locais, fazer chegar a informação aos ouvidos dos principais interessados – Pais e crianças. - Programas de sensibilização com a GNR , sobretudo as crianças, para o seu envolvimento”.
n.º4	-“Existem, pela iniciativa das unidades territoriais e em parceria com outras entidades (Escolas, CPCJ, Portugal Telecom)”.
n.º5	- “Deve ser estabelecida uma estratégia de intervenção entre os ministérios da Educação e da Administração Interna , para abranger a totalidade das escolas e ser extensível à PSP e à GNR. Só depois deste acordo, poderá a GNR estabelecer uma estratégia comum para todo o dispositivo territorial. Têm vindo a ser desenvolvido um trabalho junto dos estabelecimentos de ensino secundário, sensibilizando os jovens para estes perigos. Foram escolhidos estes, pois são os mais vulneráveis uma vez que, são os maiores utilizadores das redes sociais e quanto às crianças mais novas (pré-escolar, primária e EB 2) o primeiro trabalho têm que ser feito pelos pais, visto que a GNR ainda não tem capacidade de chegar a todos ”.
n.º6	- “Ações de sensibilização nas Unidades Territoriais e pelo Comando Operacional. - Ações com outras entidades , nomeadamente a ação “Comunicar em Segurança”. - Fundamental ter em consideração que a abordagem aos conteúdos não pode ser feita da mesma forma a alunos do ensino básico e do ensino secundário, a professores ou a pais”.

Na análise feita a esta pergunta, concluímos que existe concordância na resposta pelos Comandantes. Que existem. Que os militares elaboram apresentações para explicar a

problemática, que normalmente são feitas pelos militares da Escola Segura na Seção de Programas Especiais dos Destacamentos. Também existe um protocolo da GNR com a Fundação PT que se chama “Comunicar em Segurança” (como é referido anteriormente no Capítulo do Enquadramento Teórico) que segue as apresentações elaboradas nesse Protocolo. O entrevistado n.º3 refere a colaboração de empresas ou órgãos de comunicação social (OCS). O entrevistado n.º 5 refere a estratégia de intervenção com o Ministério da Educação(ME) e o Ministério da Administração Interna (MAI) e que só depois desta ser delimitada é que será possível um trabalho comum para todo o dispositivo territorial. Refere ainda que se deve incidir nas escolas secundárias pois os seus alunos usufruem mais das redes sociais e que, quanto às crianças do 1º ciclo, devem ser os pais a fazerem o trabalho de os educar neste tema. O entrevistado n.º6 defende que é fundamental ter em consideração que a abordagem aos conteúdos não pode ser feita da mesma forma do ensino básico e do ensino secundário, a professores e a pais.

QUADRO 2 Pergunta n.º4: Em que situações os militares devem intervir?

Entrevistado	Resposta (ideias-chave)
n.º1	- “Prevenção e investigação dos crimes denunciados”.
n.º2	- “Os militares intervêm na formação/sensibilização através do programa acima mencionado e de forma geral sempre que são denunciados estes crimes”.
n.º3	- “Sensibilizar e insistir” .
n.º4	- “Realizar ações de sensibilização ; - Devem estar preparados para receber queixas e usar as medidas cautelares de polícia que se afigurem necessárias a cada caso. - Devem investigar preventivamente e acompanhar redes sociais e internet , no sentido de detetar situações de crime e localizar ameaças. - Essa intervenção deve dirigir-se no sentido de prevenir <i>cyberbullying</i> , instigação pública de um crime, devassa da vida privada, burla e fraude e todos os crimes sexuais, em particular os relacionados com pedofilia”.
n.º5	- “Atualmente a Guarda e os seus militares ainda não conseguem ter uma ação que se possa dizer que é satisfatória , porque é muito difícil discernir o que é uma ofensa, ameaça ou mesmo agressão verbal do que é um simples desabafo ou retorção por parte de um dos

	<p>intervenientes, na situação de suposta violência através da internet.</p> <p>- Outra variável que é o facto de estes crimes serem da esfera particular dos ofendidos, ou seja, depende da apresentação de queixa e alguns da dedução de acusação particular (crimes semi-públicos e particulares) por parte de quem se sente lesado”.</p>
n.º6	- “Os militares deverão intervir proactivamente em todas as situações”.

Da análise feita a esta pergunta, verificamos que as palavras como prevenção, intervenção, formação, sensibilização e insistir, são palavras que os Comandantes referem sobre as tarefas que os militares devem ter. Devem também saber receber queixas e usar as medidas cautelares de polícia, investigar e acompanhar as redes sociais para detetar situações de crime e localizar ameaças. Devem atuar na prevenção de crimes como *cyberbullying*, instigação pública de um crime, devassa da vida privada, burla e fraude e todos os crimes sexuais, em particular os relacionados com pedofilia. Já o entrevistado n.º5 refere que os militares têm dificuldades em diferenciar a ofensa, ameaça ou um “mero desabafo”. Outra dificuldade é o facto de estes crimes dependerem de queixa, o que poderá constituir uma barreira à atuação dos militares.

QUADRO 3 - Pergunta n.º5: Pensa que os militares estão sensibilizados para os “riscos” das vítimas deste crime? Se não, o que pensa que a instituição pode fazer para melhorar essa falha?

Entrevistado	Resposta (ideias-chave)
n.º1	<p>- “Estão suficientemente sensibilizados.</p> <p>- Exploração das vulnerabilidades.</p> <p>- Campanha para esclarecer e explicar todas as fragilidades da rede, para proceder a ensinamentos e transmitir os cuidados a ter ao público alvo”.</p>
n.º2	<p>- “Militares estão sensibilizados.</p> <p>- A instituição deveria apostar na formação dos seus militares, em outros temas relacionados com as crianças e jovens”.</p>
n.º3	- “Os militares estão sensibilizados, o importante é conseguir passar a mensagem aos interlocutores”.
n.º4	<p>- “Os militares da Guarda não estão sensibilizados para os riscos das vítimas;</p> <p>- A Guarda deve realizar um plano de formação sobre a temática, visando essencialmente</p>

	caraterizar os crimes cometidos com recurso ou através da internet, e definir os procedimentos a adotar em cada caso. Esta formação poderia ser dada em parceria com a PJ , difundindo também uma <i>checklist</i> de procedimentos”.
n.º5	<ul style="list-style-type: none"> - “Os militares da Guarda ainda não estão muito sensibilizados para esta problemática. - Para colmatar tais lacunas em primeiro lugar dever-se-ia estabelecer um modelo de instrução comum para todos os Destacamentos do país, - Calendarizar a instrução, fazendo-a obedecer a um plano único que deveria ser definido ao nível do CDF, passando pelos CTer e terminando nos DTer”.
N.º6	<ul style="list-style-type: none"> - “Militares não se encontram sensibilizados para a problemática - Não estarão igualmente sensibilizados para os riscos das vítimas destes crimes. - Guarda, em colaboração com a PJ, estude profundamente o fenómeno, visando a adoção de medidas preventivas e a definição de procedimentos a adotar por parte dos militares que tomem conhecimento deste tipo de crimes. - Ações de sensibilização/formação em duas vertentes: uma vocacionada para os militares afetos aos programas especiais, e outra direcionada à generalidade dos militares, enquanto órgãos de polícia criminal suscetíveis de contactar com o fenómeno. - Prevenir a adoção de comportamentos de risco e, por outro, adotar as medidas cautelares e urgentes quanto aos meios de prova”.

Na análise feita a esta pergunta verificamos que metade dos Comandantes diz que os militares estão sensibilizados, mas que a instituição deveria apostar na formação dos militares. Já os entrevistados n.º4, n.º5 e n.º6 referem que os militares não estão sensibilizados. Expõem que se deve estabelecer um modelo de instrução comum nos Destacamentos do país. Referem que deveria ser dada uma formação ministrada pela PJ, com uma lista das tarefas que o militar deve fazer num crime deste tipo dizem ainda que a GNR deverá adotar medidas preventivas e a definição de procedimentos a adotar por parte dos militares que tomem conhecimento deste tipo de crime. Apontam procedimentos como medidas cautelares de polícia e urgentes quanto aos meios de prova, tais como apreensões. A comunicação da notícia do crime, providências cautelares quanto aos meios de prova, pedido de informações.

4.3.2. Análise das entrevistas aos Professores e Encarregados de Educação

QUADRO 4 - Pergunta n.º1: Por vezes, contactos que se iniciam na Internet desencadeiam agressões sexuais que envolvem crianças. Tem conhecimento de algum caso ou da existência deste risco? Se sim, por favor explicita.

Entrevistado	Respostas
Professor 1	- “Tenho conhecimento. Os riscos de agressões são elevados principalmente no caso de crianças. Já tomei conhecimento de alguns casos que foram travados a tempo após descobrir marcações de encontros entre crianças e possíveis agressores”
Professor 2	- “Não conheço”
Professor 3	- “Não tenho conhecimento”
Professor 4	- “Não conheço nenhum caso específico. As crianças por vezes são agressivas quando estão a comunicar na Internet. Já surpreendi alguns alunos a ofenderem os próprios colegas da turma nas redes sociais”.
Professor 5	- “Sim, já tive vários alunos que indicaram ter sido aliciados a encontros de cariz sexual, não tenho conhecimento de nenhuma agressão sexual daí decorrente. Estes acabaram por comunicar a amigos, pais ou outros familiares e professores estas situações”
Professor 6	- “Não”
Professor 7	- “Não tenho conhecimento de nenhum caso”
Professor 8	- “Não”
Professor 9	- “Sim, existência de riscos quer pelo conhecimento através dos média quer por estar no meio que envolve crianças/jovens”
Professor 10	- “Não, mas tem noção da existência do risco”
Professor 11	- “Não”
Professor 12	- “Não tem conhecimento”
Professor 13	- “Não”
Professor 14	- “Não”

Entrevistado	Respostas
Encarregado de Educação 1	- “Sim, de forma irresponsável, para promover afirmação social. Um caso de perseguição e difamação que foi denunciada.”
Encarregado de Educação 2	- “Tenho conhecimento do risco, mas não conheço nenhum caso”
Encarregado de Educação 3	- “ Não tenho qualquer conhecimento”
Encarregado de Educação 4	- “Não”
Encarregado de Educação 5	- “Não tem conhecimento”
Encarregado de Educação 6	- “Tenho conhecimento dos casos divulgados na internet”
Encarregado de Educação 7	- “Não tenho conhecimento, mas conheço o risco”
Encarregado de Educação 8	- “Não tenho conhecimento”

Fazendo a análise de todas as respostas verificamos que há conhecimento na maioria dos casos tanto nos professores como nos encarregados de educação, existe uma falta de conhecimento deste tema, destas situações. Alguma percentagem fala do conhecimento de algumas situações, como casos de aliciamento, perseguição e difamação. Na maioria dos casos conhecimentos, afirmam que as crianças acabam sempre por comunicar a situação a amigos, pais ou outros familiares.

QUADRO 5 - Pergunta n.º2: Que medidas toma para minimizar este tipo de risco com as crianças?

Entrevistado	Respostas
Professor 1	- “Passa em parte pela informação e divulgação dos reais riscos. Uma relação harmoniosa entre a escola segura e a entidade escolar, formas de monitorizarem a utilização da internet e suas interações em casa.”
Professor 2	- “Melhor forma de usarem a internet. Contar casos reais de situações. Alerto os pais/encarregados de educação para a necessidade de acompanhar e vigiar diária e constantemente os seus filhos e também de os aconselharem sobre a forma mais segura de usarem este recurso”.
Professor 3	- “Dinamizo atividades junto dos meus alunos que visem o desenvolvimento da assertividade, do respeito mútuo”
Professor 4	- “Explicar os perigos, as medidas e como prevenir perigos da internet. Guardar o histórico e o registo das conversas para que, posteriormente, seja possível a identificação dos intervenientes”.
Professor 5	- “Narração de algumas situações ocorridas. Pedido aos alunos que indiquem como se comportam na Internet. Identificação com estes de situações potencialmente perigosas e de medidas a tomarem para se protegerem”.
Professor 6	- “Não devem colocar os seus dados pessoais ao dar a qualquer pessoa; não adicionar pessoas que conheçam; alertar os Encarregados de Educação para os perigos e como evitar determinadas situações que coloquem em risco a vida dos seus educandos; mostrar <i>sites</i> seguros e que indicam como proteger os seus educandos”.
Professor 7	- “Acompanhar a criança durante o tempo em que esta se encontra na internet”.
Professor 8	- “Segurança na internet e explicações aos pais”.
Professor 9	- “Medidas preventivas, como alertar e estar vigilante a comportamentos de risco”

Capítulo 4 – Apresentação, análise e discussão dos resultados

Professor 10	- “Alertar para este tipo de riscos incitando os alunos a denunciar casos de assédio e rejeitando desconhecidos”.
Professor 11	- “Esgotar todas as oportunidades para esclarecer as crianças sobre esses perigos”.
Professor 12	- “ Informar as crianças dos perigos e saber qual a informação que as crianças procuram”.
Professor 13	- “Alerto os alunos através de vídeos, do <i>site</i> seguranet, organização de conferências com especialistas”.
Professor 14	- “Controlar as horas que passam no computador e vigiar os <i>sites</i> consultados e informar dos perigos que podem correr”.

Entrevistado	Respostas
Encarregado de Educação 1	- “Sessão aberta a toda a comunidade educativa para debater esta temática”.
Encarregado de Educação 2	- “Não darem qualquer tipo de informação pessoal”.
Encarregado de Educação 3	-“Exigimos ver o <i>email</i> e <i>Facebook</i> . É uma condição inegociável para poderem aceder às redes sociais. Exigimos ser amigos virtuais. Só podem aceitar amigos de escola ou ex-colegas. Revemos o histórico, conversamos sobre as suas navegações, discutimos assuntos relacionados com a temática. Problema maior está nos jogos e na gestão de tempo”.
Encarregado de Educação 4	- “Atualmente nenhuma”.
Encarregado de Educação 5	- “Acompanhar a criança durante o tempo em que esta se encontra na internet”.
Encarregado de Educação 6	- “Não as deixo sozinhas na internet”.
Encarregado de Educação 7	- “Controlamos e vigiamos a conta e só aceitam pessoas conhecidas”.
Encarregado de Educação 8	- “Vigiar, impor regras de utilização. Selecionar sites a serem consultados e impor horários”.

Na análise às respostas dadas pelos professores e encarregados de educação notamos que existe uma diferença nas respostas. Verificamos que os professores incidem mais na divulgação de situações reais, que colocam os alunos à vontade para exporem as suas experiências e colocarem as suas dúvidas. Pensam que os pais devem comparecer em ações de sensibilização que podem ser pertinentes para eles, podendo ser uma forma de aprenderem a acompanhar as crianças na exploração da internet. A explicação aos alunos dos perigos, das medidas e como prevenir os perigos que a navegação na internet pode ter é outra preocupação. Outra proposta é guardar o histórico e o registo das conversas que os

jovens têm nas redes sociais e, a partir daí identificar os possíveis intervenientes, agressores. Aconselham a não colocar os seus dados pessoais e não adicionarem na sua conta pessoal indivíduos que não conhecem. Alertam os alunos através de vídeos e controlaram o tempo que estes passam no computador.

Relativamente aos Encarregados de Educação, estes referem que controlam a informação pessoal que as crianças dão, exigem ver o email e as contas que têm nas redes sociais. Só deixam que eles aceitem pedidos de amizade *online* de pessoas amigas, que conhecem. Revêm o histórico. Não as deixam sozinhas enquanto estão na internet, controlam e vigiam.

QUADRO 6 - Pergunta n.º3: A violência *online* está cada vez mais desenvolvida. Entendemos que este é um ato de agressão de caráter físico, verbal, psicológico ou emocional, que pode ser repetido, provocando danos físicos ou psicológicos graves, sendo praticado por um indivíduo a outro ou até mesmo a si próprio. O que pensa que as autoridades ou Órgãos de Polícia Criminal, devem fazer para sensibilizar os encarregados de educação e os professores para a violência que a internet pode trazer para as crianças?

Entrevistado	Respostas
Professor 1	- “Realizar palestras de sensibilização. Estabelecer uma relação de parceria e não de agentes que “punem” os alunos que se comportam de forma desadequada”.
Professor 2	- “Campanhas de sensibilização, casos reais, dramatizar situações Informar os interessados sobre possíveis “programas” que possam bloquear acessos a sites duvidosos/perigosos”.
Professor 3	- “Realizar formações/ações de sensibilização junto dos alunos e Encarregados de Educação. O relato de histórias verídicas, o conhecimento das consequências legais”.
Professor 4	- “Ações de sensibilização quer para os pais e professores quer para as crianças sobre os perigos da Internet os pais ainda poderiam realizar ações de formação sobre a utilização dos computadores”.
Professor 5	- “Desenvolver ações de sensibilização nas escolas para pais e professores. Criar panfletos sobre esta problemática e distribuí-los na escola ou enviá-los para casa através dos alunos. Promover tertúlias com toda a comunidade educativa para debater o tema. Desenvolver um fórum <i>online</i> para o esclarecimento de dúvidas sobre este tema”.
Professor 6	- “As autoridades e outros órgãos do estado poderiam realizar ações de sensibilização junto dos alunos”.
Professor 7	- “Promover a partilha de informações na escola para professores, encarregados de educação e também ações de sensibilização para as crianças”.
Professor 8	- “Campanhas de sensibilização. Detetar possíveis agressores”.

Capítulo 4 – Apresentação, análise e discussão dos resultados

Professor 9	- “O Ministério da Educação deveria munir as escolas de psicólogos que acompanhassem os alunos e sensibilizassem professores e pais. Os órgãos policiais mais ativos junto dos jovens”.
Professor 10	- “Divulgação e dinamização de sessões de esclarecimento juntos dos encarregados de educação e professores”.
Professor 11	- “Sessões de esclarecimento com os pais e encarregados de educação”.
Professor 12	- “Colaborar na realização de conferências, <i>workshops</i> ou ações de formação nos quais exponham casos nos quais tiveram intervenção”.
Professor 13	- “Publicitar nos órgãos de informação todos os riscos que as crianças correm ao estarem sozinhos na internet e informar os encarregados de educação sobre os planos escolares”.
Professor 14	- “Campanhas de informação com recurso aos meios de comunicação. Ações de sensibilização junto dos pais e encarregados de educação”.

Entrevistado	Respostas
Encarregado de Educação 1	- “Campanhas de sensibilização viradas para a descobertas de situações reais e seu desfecho”.
Encarregado de Educação 2	- “Ir às escolas falar diretamente com as crianças e professores, ações de sensibilização”.
Encarregado de Educação 3	- “Gente bem formada que possa elucidar pais e professores a atuar de forma adequada”.
Encarregado de Educação 4	- “Reforçar a divulgação de informação”.
Encarregado de Educação 5	- “Partilha de informações na escola para professores, encarregados de educação e ações de sensibilização para as crianças”.
Encarregado de Educação 6	- “Organização de conferências com os pais”.
Encarregado de Educação 7	- “Campanhas de sensibilização”.
Encarregado de Educação 8	- “Sensibilizar através de cartazes, meios de comunicação social, divulgar os cuidados a ter e prevenir situações, fazer reuniões para informar na freguesia/região”.

Aqui, verifica-se que as respostas são semelhantes. Tanto os professores como os encarregados de educação dão como resposta as palestras de sensibilização, campanhas, casos reais, criar panfletos, desenvolver um fórum *online* para esclarecimento de dúvidas. Um entrevistado refere que o Ministério da Educação deveria munir as escolas de

psicólogos que acompanhassem os alunos e os sensibilizassem os pais e professores. Nesta pergunta, os professores e encarregados de educação abordam bastante a situação das sessões de sensibilização para os pais e encarregados de educação e alunos.

QUADRO 7 - Pergunta n.º4: Na sua perspectiva, o que pode a GNR fazer para ajudar na exploração da internet, feita pelas crianças?

Entrevistado	Respostas
Professor 1	- “Apresente os riscos mas acima de tudo formas práticas de se protegerem online: não divulgar dados pessoais, usar filtros de segurança online, entre outros. E ainda apresentar a quem deve recorrer se forem vítimas ou suspeitam de uma utilização abusiva na Internet.”.
Professor 2	- “Preparar atividades para uma correta utilização da internet, acompanhando-os na pesquisa/utilização do recurso”.
Professor 3	- “Ações, em parceria com os professores, sobre o acesso seguro à internet recorrendo a situações problema”.
Professor 4	- “Promover ações de sensibilização e posteriormente concursos sobre segurança na Internet. Fazer uma simulação de uma conversa ofensiva na Internet e mostrar possíveis consequências quer para o agressor quer para a vítima. Inspeccionar os sítios <i>web</i> onde ocorrem com frequência agressões de forma a identificar e penalizar os agressores”.
Professor 5	- “Apresentações dos perigos e situações concretas. Convidar jovens para dar o seu testemunho e conversar com os seus pares. Formar pequenos grupos para debater o tema num ambiente mais informal”.
Professor 6	- “A GNR pouco pode fazer se os Encarregados de Educação não estiverem suficientemente alertados e vivenciar situações de perigo para os seus educandos”
Professor 7	- “Pode explicar, no contexto escolar, como essa exploração deve ser feita”.
Professor 8	- “Dar Informações de como se proteger de possíveis agressores, tendo atenção a linguagem utilizada”.
Professor 9	- “Realizar mais atividades de sensibilização ao nível dos comportamentos e ao nível técnico/informático”.
Professor 10	- “Divulgar possíveis situações de risco junto dos alunos”.
Professor 11	- “Esclarecer as crianças, pais e encarregados de educação, vigiar os sistemas informáticos”
Professor 12	- “Intervenção em áreas de preferência de crianças em idade de risco. Divulgando os melhores procedimentos na utilização da internet”.
Professor 13	- “Informar e solicitar aos pais que podem monitorizar os <i>sites</i> visitados pelos seus educandos”.
Professor 14	- “Reforçar as ações de sensibilização”.

Entrevistado	Respostas
Encarregado de Educação1	- “Deve usar disto para alertar para que muitas das crianças vítimas se poderão tornar agressores e que lhes podem ser imputados estes crimes”.
Encarregado de Educação2	- “Ensinar a melhor forma de navegar na internet sem riscos”.
Encarregado de Educação 3	- “Presença na escola, a GNR creio que poderia ter um papel muito útil, prestando serviços de tutoria nas escolas”.
Encarregado de Educação 4	- “Desconheço o eventual trabalho da GNR”.
Encarregado de Educação 5	- “Explicar, no contexto escolar, como essa exploração deve ser feita”
Encarregado de Educação 6	- “As crianças devem participar em conferências sobre a segurança na net”.
Encarregado de Educação 7	- “Inserir no plano escolar horas com o propósito de estabelecer um diálogo de apoio entre o aluno e a GNR”.
Encarregado de Educação 8	- “Enviar panfletos explicativos para serem explorados em algumas aulas, no 1º e 2º ciclo. Ir às escolas falar do assunto”.

Na análise feita a esta questão verificamos que tanto os professores como os encarregados de educação pensam que a GNR pode ajudar, apresentando os riscos que podem ocorrer na navegação feita pelas crianças. Pode, ainda, sensibilizar os pais e os encarregados de educação da proteção das crianças, criando filtros de segurança *online*, dinamizar atividades para que as crianças aprendam a utilizar a internet de uma forma segura, dar informações de como os possíveis agressores atuam. Mas importa referir que existe uma opinião que refere que a GNR pouco pode fazer, se os próprios encarregados de educação não estiverem suficientemente avisados e que os militares devem dar a conhecer aos alunos casos verídicos que deveriam inserir umas horas no planeamento escolar para estabelecer o diálogo dos alunos com os militares da GNR.

QUADRO 8 - Pergunta n.º5: Gostaria que houvesse mais ações de sensibilização para os encarregados de educação e professores sobre as agressões sexuais praticadas a partir da internet? Porquê?

Entrevistado	Respostas
Professor 1	- “Modos de proteção da informação colocada online, formas de controlo saudável das ações de crianças online e modos dos encarregados de educação monitorizarem as suas ações”.
Professor 2	- “Sim. É importante que saibamos: o que fazer, como fazer, como abordar o assunto com as crianças, qual a forma mais correta de intervir”.
Professor 3	- “Sim, pois o conhecimento só nos torna mais eficazes.”
Professor 4	- “Sim, os encarregados de educação desconhecem o comportamento dos seus educandos na Internet”.
Professor 5	- “Sim. Para terem noção dos perigos que advém da utilização não supervisionada das ações que podem tomar para os minimizar”.
Professor 6	- “As ações de sensibilização “porta a porta””.
Professor 7	- “É essencial. Os encarregados de educação não estão devidamente informados dos perigos da internet; nem sabem como devem agir para evitar essas situações.
Professor 8	- “ Sim. Existe falta de conhecimento pelos pais, professores e alunos”.
Professor 9	- “Sim. Considero diminutos e têm sempre um caráter facultativo, o que faz com que sejam pouco participantes e eficazes”.
Professor 10	- “Sim, existe muita informação mas não chega da mesma forma aos intervenientes”.
Professor 11	- “Sim, gostaria de estar bem mais esclarecida”.
Professor 12	- “Sim. O conhecimento de casos reais são sempre um caminho para o desenvolvimento de um conjunto de procedimentos de prevenção”.
Professor 13	- “Sim. Ainda há muitos encarregados de educação que não estão informados”.
Professor 14	- “Sim, os pais e encarregados de educação não têm perceção dos perigos que as crianças correm”

Entrevistado	Resposta
Encarregado de Educação 1	- “Muita utilidade o uso destas ações para precaver estes crimes”.
Encarregado de Educação 2	- “Sim, pais e professores não fazem mais porque não sabem”.
Encarregado de Educação 3	- “É urgente que haja mais sensibilização”.
Encarregado de Educação 4	- “Não tenho conhecimento destas ações”.
Encarregado de Educação 5	- “É essencial, nem sempre os encarregados de educação estão informados dos perigos da internet, nem sabem agir para evitar essas situações”.

Encarregado de Educação 6	- “Sim”.
Encarregado de Educação 7	- “Existem muitos encarregados de educação e professores que minimizam ou desconhecem estes perigos”.
Encarregado de Educação 8	-“Gostaria sobretudo para pais e filhos”.

A resposta em todos os entrevistados é afirmativa. Referem que estas ações de sensibilização são importantes para saberem quais os perigos que correm os jovens, para saberem quais os modos de proteção informática que existem, para terem noção dos perigos que existem e como agir preventivamente, revelando que seria bastante útil para ficarem mais sensibilizados para os perigos da internet.

QUADRO 9 - Pergunta n.º6: Na sua opinião, acha que a GNR pode ou deve ter um papel mais ativo na prevenção destes riscos? De que modo?

Entrevistado	Respostas
Professor 1	- “Sim, é um dos seus papéis dado que tem como um dos objetivos garantir a proteção de pessoas e o respeito dos seus direitos e liberdades. Participar mais ativamente em atividades na comunidade escolar”.
Professor 2	- “Sim, a intervenção de agentes da autoridade terá, certamente, um “peso” diferente daquele que terá outra pessoa. Campanhas de sensibilização, sessões de esclarecimento, exposição de situações verídicas <i>versus</i> como reagir nesse tipo de situações”.
Professor 3	- “Esta aproximação à comunidade educativa é muito pertinente. Um agente da autoridade têm um alcance superior do que as proferidas pelos intervenientes do dia a dia”.
Professor 4	- “Sim. A GNR deveria realizar ações de formação. Facilitar a denúncia de sítios web onde as ofensas são prática comum”.
Professor 5	- “Papel ativo na prevenção, através da dinamização de ações de formação para professores, encarregados de educação e alunos. Criar um perfil online numa ou em varias redes sociais onde as crianças e adolescentes podem denunciar situações e/ou utilizadores com comportamentos abusivos.”
Professor 6	- “Ações no terreno”.
Professor 7	- “A prevenção é essencial. Mais ações de sensibilização junto da comunidade educativa e da comunidade em geral”

Capítulo 4 – Apresentação, análise e discussão dos resultados

Professor 8	- “Sim intensificar as campanhas de sensibilização”.
Professor 9	- “Sim. Tornar mais visíveis as situações reais”.
Professor 10	- “Sim, Criar um núcleo só direcionado para esta temática, quer ao nível do rastreio, quer ao nível da formação de consciências”.
Professor 11	- “Sim, sem dúvida”.
Professor 12	- “Ações de sensibilização e aprofundamento na investigação”.
Professor 13	- “Organizar palestras nas escolas sobre os riscos a correr na internet”.
Professor 14	- “Para além da sensibilização pode criar uma equipa de trabalho com formação neste âmbito capaz de descobrir e intervir nas situações”.

Entrevistado	Respostas
Encarregado de Educação 1	- “Falar diretamente com os agressores jovens, não têm a noção das consequências que poderão advir daí”.
Encarregado de Educação 2	- “Ações de formação para professores, alunos e encarregados de educação”.
Encarregado de Educação 3	- “Sem dúvida, Depois de devidamente formados os agentes podiam prestar um contributo inestimável na escola. Seria necessário formação adequada, no campo jurídico e criminal para poder avaliar convenientemente as situações”.
Encarregado de Educação 4	- “Desconheço o atual papel da GNR”.
Encarregado de Educação 5	- “Penso que a prevenção é essencial e podem fazer ações de sensibilização junto da comunidade educativa e da comunidade em geral”.
Encarregado de Educação 6	- “Sim no sentido de prevenir”.
Encarregado de Educação 7	- “Sim através da informação e sensibilização”.
Encarregado de Educação 8	- “Deveria ser mais ativo e apostar na informação e sensibilização”.

Na perspetiva dos professores e dos encarregados de educação o modo como a GNR deve prevenir estes riscos é através da participação em atividades escolares, da realização de campanhas de sensibilização, sessões de esclarecimento, exposição de casos reais. E da criação de uma página ou um perfil *online* onde as crianças pudessem denunciar situações de utilizadores com comportamentos abusivos.

Portanto, da análise desta questão é notória, uma vez mais, a importância que a sensibilização de todos os intervenientes no processo educativo dos alunos assume.

Capítulo 5.

Conclusões e Recomendações

Verificação da questão específica, dos objetivos e das questões derivadas

Neste trabalho tivemos como objetivo principal saber qual é o papel da GNR em relação à prática de agressões sexuais cibernautas.

Após termos feito um enquadramento e uma contextualização do tema na primeira parte do trabalho, seguindo de uma parte prática, que permitiu a verificação das perguntas derivadas colocadas, surgem as conclusões com o encerrar do trabalho realizado.

A realização deste trabalho teve sempre o intuito de contribuir para melhorar a capacidade de resposta da GNR, sendo que os resultados alcançados pelo estudo propõem um evoluir da Instituição e a atualização da prevenção de novos crimes.

Esta foi mais uma etapa na formação da Autora deste trabalho, que com as virtudes militares, do sacrifício, iniciativa, autonomia e coragem, realizou o trabalho subordinado ao tema supramencionado.

A escolha do tema, atual e fortemente marcante nos dias de hoje, permitiu-nos perceber a realidade que se pratica quanto ao mesmo. E permitiu-nos perceber que não era apenas algo desconhecido para nós, mas também para a maioria do dispositivo da GNR, traduzindo-se num enorme ensinamento. Assim, propomos a continuação de um enorme trabalho que terá de ser desenvolvido e constantemente atualizado e melhorado pela GNR.

Da análise feita às questões propostas aos Comandantes de Destacamento, aos professores e aos encarregados de educação verificamos que a GNR tem de apostar na prevenção, na sensibilização nas escolas e, sobretudo, agir junto dos pais, que são o elo fundamental na proteção das crianças em relação aos perigos que existem na internet.

Respondendo à questão principal, ao objetivo geral, que é perceber qual o papel da GNR na prática de agressões sexuais cibernautas, percebemos que esta Força de Segurança tem um papel fundamental na prevenção deste tipo de crimes. Tal foi perceptível através das respostas dadas pelos Comandantes de Destacamento, professores e encarregados de educação. Estes referem várias vezes que ações de sensibilização nas escolas, tanto aos alunos, como aos encarregados de educação e aos professores, é o método mais eficaz para

que a GNR como Força de Segurança desenvolva o seu papel e diminua a prática de agressões sexuais ao nível da internet, ou seja, de agressões cibernautas.

No que respeita ao que nos propusemos ao nível dos objetivos específicos (principais), importa refletir nesta fase final e, por conseguinte, responder aos mesmos. Assim, o primeiro objetivo consiste em averiguar em que medida a GNR pode diminuir este tipo de crimes. Através das respostas obtidas percebemos que as ações de sensibilização aos alunos, aos encarregados de educação e aos professores são fundamentais. Controlar e acompanhar os jovens e os pais também seria importante. Caso existissem situações suspeitas, os agressores podiam ser melhor controlados. Através de pesquisa de informação na ZA de cada Destacamento, a GNR poderá colher informações importantes para que sirvam de provas e recolha de informações sobre determinados comportamentos suspeitos de indivíduos e daí se partir para a prática de medidas cautelares de polícia, tais como comunicação da notícia do crime, providências cautelares quanto aos meios de prova, pedido de informação. A diminuição da prática deste crime também poderá ser conseguida, através de investigação e repressão e do estudo do *modus operandi* dos agressores, assim como através da comunicação à população de todas as situações passíveis de integrar o ilícito criminal em questão.

Por sua vez, no que diz respeito ao segundo objetivo, que consiste em averiguar o que pode a GNR fazer para diminuir os riscos cibernautas, percebemos que as respostas são semelhantes às do primeiro objetivo. O que a GNR poderá fazer para diminuir os riscos é realizar ações de sensibilização, campanhas, referindo quais os riscos que existem na internet e aconselhando o que fazer em situações de risco. Poderá ainda elaborar panfletos e apresentações com explicações sobre a problemática. Outra medida que poderá ser tomada é referir quais os *modos operandi* dos agressores e dizer às pessoas como preservar as provas de alguma intervenção do agressor. Seria também muito importante estabelecer-se um protocolo entre o Ministério da Administração Interna e o Ministério da Educação para que existisse algo fundamentado e escrito com o objetivo de as Forças de Segurança colocarem em prática algumas atividades (as mesmas para todas as escolas a nível nacional), conforme a faixa etária dos alunos.

No terceiro objetivo, que consiste em saber se existe um programa pré-determinado para aplicar nas ações de sensibilização, percebemos que metade das respostas são positivas e que existe um programa pré-determinado para aplicar nas ações de sensibilização: o designado Programa “Comunicar em Segurança”. Trata-se de um

protocolo feito com a PT que fornece uma variedade de slides com matéria pré-determinada para ministrar aos alunos. O que se verifica na outra metade das respostas é a elaboração de slides desenvolvidos pelos próprios militares das Secções de Programas Especiais dos Destacamentos Territoriais.

Por último, aludindo ao quarto objetivo, que consiste em averiguar a necessidade de aperfeiçoamento do guia para os militares saberem ao certo no que devem incidir quando falam com os jovens e até mesmo com os encarregados de educação e professores desta temática, importa só referir que devem expor casos reais, ensinar o que devem fazer caso aconteça uma situação suspeita ou até mesmo no caso do agressor passe ao contato pessoal com a vítima. Atualizar o guia do formador do protocolo com a PT, com situações de pornografia e pedofilia que podem surgir nas pesquisas das crianças na internet e o aliciamento para séries televisas nas redes sociais.

Questões derivadas

1. *O que pode fazer ou dizer um militar numa ação de sensibilização?*

Respondendo a esta questão derivada, verificamos que é importante que um Militar diga aos jovens que, se não utilizarem a *internet* de forma segura, podem colocar em perigo a sua segurança *online* e a própria segurança física. Deve, também, informar que cuidados devem ter quando utilizam a *internet*, transmitir aos jovens que não podem dar conhecimento dos dados pessoais - como nome, morada, a escola que frequentam e até mesmo o local de férias que frequentam - a indivíduos que conhecem na *internet*. Não devem partilhar *passwords* e devem proteger todas as fotos. Quando existam situações de abuso e/ou insulto na *internet*, devem avisar os pais ou professores. O Militar deve, ainda, focar que é mais fácil insultar recorrendo às tecnologias, porque não se olha diretamente para a pessoa, contudo, não se deve escrever o que não se diz diretamente. Elucidar os jovens para não utilizarem *passwords* como nomes, data de nascimento, clube ou cor preferida, por terem um nível de segurança demasiado reduzido.

2. *Como podem os militares estar mais atentos?*

Através do *modus operandi* do agressor, quais os comportamentos associados a ele, informações recolhidas nas escolas, através dos jovens e através das redes sociais.

3. *Qual a natureza dos sites que os pais e professores deverão estar atentos?*

Os pais, encarregados de educação e professores deverão estar mais atentos a *sites* pornográficos, que estimulam a pedofilia e que incentivam os jovens a participar em jogos e a marcar encontros; a *sites* que os levam a redes sociais, onde o aliciamento é frequente e a *sites* com bastante publicidade de jogos e aplicações para o telemóvel, que servem, muitas vezes, de isco para lhes retirar informação pessoal e conseguir marcar encontros, obtendo informação, com a qual podem manipular o jovem.

4. *Como sensibilizar na educação dos jovens os riscos do uso da internet?*

Dependendo da faixa etária do grupo de jovens, é importante alertá-los com ações de sensibilização sobre os crimes que podem ser praticados na internet por jovens da idade dele e indivíduos mais velhos. Qual a variedade de perigos que a internet pode ter para eles. Fazer palestras, jogos, distribuir panfletos e apresentações a explicar a problemática, divulgar situações reais, explicar o que tem de fazer caso sejam alvo de uma situação de aliciamento ou de agressão cibernauta. Fazer-lhe perceber que podem comunicar à GNR situações suspeitas da prática de ameaças ao nível da internet.

Reflexões finais e recomendações

Após o término do trabalho, temos agora condições para tecer algumas considerações alusivas aos resultados da investigação.

Começamos por fazer referência ao facto de todos os Comandantes referirem que é necessário mais sensibilização nas escolas, mas que a sensibilização não tem de partir só para os jovens mas sim para professores e encarregados de educação, que são o ponto de contato muitas vezes entre os jovens e a GNR. É mais importante saber sensibilizar primeiro os pais do que os jovens. Outro ponto importante é que ao nível da GNR, o

Comando Operacional já desenvolveu uma formação específica para os militares das Secções de Programas Especiais acerca desta matéria, em que os militares já têm uma forma de se guiar e pôr em prática o que é mais importante indo de encontro aos nos pontos específicos. Outro aspeto revelante na nossa investigação é o facto de existirem ações de sensibilização feitas pela GNR e que são na maioria para as crianças, no entanto em alguns casos, também são chamados os pais a participarem, embora segundo as respostas dos mesmos, estes não têm conhecimento ou não têm curiosidade em participar nas referidas ações de sensibilização. Uma outra reflexão refere-se ao facto que, em Portugal, esta temática está pouco desenvolvida, havendo assim da parte da GNR uma lacuna na formação dos militares, pois eles não sabem o que fazer quando uma queixa deste tipo de crimes é apresentada aliás até mesmo o Código Penal e Código de Processo Penal não referem crimes desta natureza, mas sim crimes relacionados com agressões sexuais então com agressões que podem partir da internet.

Por último, no que se refere às recomendações, pensamos que a formação é essencial, que os militares não estão sensibilizados para este tipo de crimes, não sabem como desenvolver as medidas cautelares de polícia quanto a este crime e não sabem quais as provas que são necessárias conservar ou até mesmo recolher para provar este crime. Seria essencial, visto que é um crime da competência da PJ, uma formação conjunta. Assim como para os militares terem consciência e sensibilidade suficiente para saberem como resolver situações deste nível. Outra recomendação é criar uma unidade dentro da GNR com competência para monitorizar as redes sociais, assim como criar uma *checklist* com procedimentos adotar, informações a recolher ou a promover a preservação.

Limitações

Com esta investigação, pode concluir-se que a perceção geral acerca deste tema é muito limitada e que as Forças de Segurança têm de se debruçar aprofundadamente sobre este tema, pois este tipo de crime está cada vez mais a ser praticado sem que a nossa sociedade tenha a perceção disso. O nível de risco é elevado e podem vir a ser cometidos outros tipos de crimes através da internet e os portugueses não têm conhecimento, assim fica em aberto, na nossa análise, quais os fatores que explicam o aumento da prática deste

crime na nossa sociedade, entre outras. Assim como a limitação do número de páginas para a realização deste trabalho e a falta de formação metodológica na formação da autora.

Investigações futuras

Dadas a pertinência e a oportunidade do tema ao nível da Instituição (sobretudo na sociedade atual) seria interessante dar uma formação aos militares das Seções de Programas Especiais a ter lugar, na PJ, para melhorar a sua formação e saber quais os procedimentos a ter aquando de uma situação relacionada com esta problemática, saber quais as provas que seriam necessárias preservar para se conseguir alcançar o agressor ou o predador. E finalmente quais as maneiras, o *modus operandi* que o indivíduo utiliza para aliciar ou alcançar o jovem ou criança que ele pretende agredir. Seria igualmente importante dinamizar, com a colaboração de psicólogos e investigadores, uma ação de formação com a GNR para saber como lidar com as vítimas destes crimes.

Dever-se-ia, também, criar uma Unidade na GNR, de investigação criminal informática para conseguir fazer prevenção, em indivíduos que estão a iniciar o crime ou tem intenções de o fazer.

A inovação na formação dos militares e saber acompanhar o desenvolvimento da sociedade é bastante importante para saber lidar com a inovação do crime.

Bibliografia

Almeida, J.E.C. (2011) *Agressores que são vítimas e vítimas que são agressores: estudo exploratório* (Dissertação de Mestrado não editada, Área de Especialização em Psicologia da Justiça). Universidade do Minho, Escola de Psicologia, Braga.

Alpuim, M.B.N.A.,2009. Há partes do mundo...*Influência dos factores socio-culturais no abuso sexual de menores*. Dissertação apresentada com vista à obtenção do grau de mestre, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa, Lisboa.

Baltieri, D. A. (2005). *Consumo de álcool e outras drogas e impulsividade sexual entre agressões sexuais* (Dissertação de Doutoramento não editada), Faculdade de Medicina, São Paulo.

Bodgan, R., & Biklen, S. (1994). *Investigação qualitativa em Educação. Uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora.

Chaves, R. M. (1994). *Regime Jurídico do Tráfico e Consumo de Estupefacientes e Substâncias Psicotrópicas*. Lisboa: Almedina.

Cunha, A. (2007). *Formação de Professores. A investigação por questionário e entrevista, um exemplo prático*. Vila Nova de Famalição: Editorial Magnólia.

Foddy, W. (1996). *Como perguntar, teoria e prática da construção de perguntas em entrevistas e questionários*. Oeiras: Celta.

Fortin, M. F. (2009). *Fundamentos e etapas do processo de investigação*. Loures: LUSODIDACTA.

Fortin, M. F. (2009). *o processo de investigação, da concepção, à realização*. Loures: Lusociência.

Guerra, I. C. (2012). *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo*. Cascais: Princípia.

Jorge, A.(2010) *Redes sociais, crianças e jovens. Uma perspectiva sobre riscos e oportunidades*. Retirado: junho, 7, 2013, de http://www.fcsh.unl.pt/eukidsonline/docs/PT_AJ_Redes%20sociais,crian%C3%A7as%20e%20jovens_Goethe.pdf

Landini, T. S. (1ºsem de 2000). Pornografia infantil na Internet: *violência sexual ou pornografia?* , pp. 39-60.

Monteiro, A. F., & Osório, A. J. (2008). Crianças e Internet: aprendizagem ou entretenimento? *6º Congresso SOPCOM* 4758, (pp. 4749-4758). Lisboa.

Morais, T. (2008). *Miúdos seguros na. net*. Obtido em 14 de julho de 2013, de <http://www.miudossegurosna.net/>.

Nogueira, S. D. (14 de outubro de 2010). *pedofilia e tráfico de menores pela internet: o lado negro da web*. Obtido em 10 de abril de 2013, de www.abmp.org.br/textos/62.htm

Pereira, A., & Poupá, C. (2008). *Como escrever uma tese, monografia ou livro científico usando o word*. Lisboa: Edições sílabo.

Pires, C., Novo, C., & Gomes, J. (2010). *Revista Interações*. Obtido em 27 de Maio de 2013, de Interações: <http://revistas.rcaap.pt/interaccoes/article/view/416>

Priberam. (s.d.). *Priberam*. Obtido em 20 de julho de 2013, de www.priberam.pt.

Quivy, R., & Campenhout, L. V. (2008). *Manual de investigação em ciências sociais*. Lisboa: Grávida.

Retana, M. L. (2006). *El combate contra la pornografía infantil en internet. El caso de Costa Rica*. Costa Rica: ACD Asesoría Creativa, S. A.

Ramos, S. G. S. (2011) *Media e violência: Estudo com crianças e jovens*. (Dissertação de Mestrado em Psicologia Forense, Departamento de Educação). Universidade de Aveiro, Aveiro, Portugal.

Sarmiento, M. (2008). *Guia Prático sobre a Metodologia Científica para a Elaboração, Escrita e Apresentação de Teses de Doutoramento, Dissertações de Mestrado e Trabalhos de Investigação Aplicada*. Lisboa: Universidade Lusíada.

Shapiro, M. (1994). *Entrevista com sucesso*. Lisboa: Editorial presença.

Sousa, M. J., & Baptista, C. S. (2011). *Como Fazer Investigação, Dissertações, Teses e Relatórios – Segundo Bolonha*. Lisboa, Covilhã, Portugal: Pactor.

Whitby, P. (2013). *O seu filho está seguro online? Um guia para proteger os seus filhos dos perigos da internet e dos telemóveis*. Braga: Vogais.

Legislação

Lei nº 19/2013 de 21 de fevereiro Diário da República nº37 - 1ª Série n.º 37 1096-1098 Lisboa: Ministério da Justiça.

Lei n.º 20/2013 de 21 de fevereiro Diário da República n.º37 - 1ª Série n.º 37 1098-1106 Lisboa: Ministério da Justiça.

Lei n.º 49/2008 de 27 de agosto Diário da República n.º 165 1ª Série n.º 165 6038-6042 Lisboa Ministério da Administração Interna.

Lei nº 63/2007 de 6 de novembro Diário da República n.º213 1ª Série n.º 213 8043-8051 Lisboa: Ministério da Administração Interna.

Decreto Regulamentar n.º19/2008 27 de novembro Diário da República n.º 231 I série Lisboa.

Despacho GCG N.º 53/09, de 15 de março — OG;

APÊNDICES

APÊNDICE A

CARTA DE APRESENTAÇÃO

Esta entrevista enquadra-se no âmbito do Trabalho de Investigação Aplicada, relatório Científico Final da estrutura curricular dos cursos ministrados na Academia Militar, especificamente no Mestrado em Ciências Militares na especialidade de Segurança Interna da Guarda Nacional Republicana (GNR) e pretendo levar a efeito a entrevista em anexo.

O tema deste trabalho é “Agressões sexuais cibernautas ou violência na rede – o papel da GNR” e tem como objetivo fundamental perceber qual o papel da GNR neste crime.

Tendo em conta que este é um tema complexo que também preocupa encarregados de educação e professores, solicitamos a colaboração de V.^a EX.^a. nesta matéria.

Desde já muito agradecemos o contributo que possa dar a esta investigação que é de carácter anónimo.

Grata pelo seu contributo

Atenciosamente

Joana Batista
Aspirante de GNR Infantaria

GUIÃO DE ENTREVISTA

1. Por vezes, contactos que se iniciam na Internet desencadeiam em agressões sexuais que envolvem crianças. Tem conhecimento de algum caso/que este risco existe?
2. Que medidas toma para minimizar este tipo de risco com as crianças?
3. A violência online está cada vez mais desenvolvida. Entendemos que esta é um ato de agressão de carácter físico, verbal, psicológico ou emocional, que pode ser repetido, provocando danos físicos ou psicológicos graves, sendo praticado por um individuo a outro ou até mesmo a si próprio. O que pensa que as autoridades, órgãos de polícia criminal, devem fazer para sensibilizar os encarregados de educação e professores a violência que a internet pode trazer para as crianças?
4. Na sua perspectiva, o que pode a GNR fazer para ajudar na exploração da internet, feita pelas crianças
5. Gostaria que houvesse mais ações de sensibilização para os encarregados de educação e professores sobre as agressões sexuais praticadas a partir da internet? Porquê?
6. Na sua opinião, acha que a GNR pode/deve ter um papel mais ativo na prevenção destes riscos? De que modo?

APÊNDICE B

CARTA DE APRESENTAÇÃO

Esta entrevista enquadra-se no âmbito do Trabalho de Investigação Aplicada, relatório Científico Final da estrutura curricular dos cursos ministrados na Academia Militar, especificamente no Mestrado em Ciências Militares na especialidade de Segurança Interna da Guarda Nacional Republicana (GNR) e pretendo levar a efeito a entrevista em anexo.

O tema deste trabalho é “Agressões sexuais cibernautas ou violência na rede – o papel da GNR” e tem como objetivo fundamental perceber qual o papel da GNR neste crime e se existe algo para sensibilizar os Professores e os Encarregados de educação nesta matéria.

De forma a garantir rigor nos dados recolhidos, é essencial realizar algumas entrevistas a pessoas cujos conhecimentos nesta área sejam abrangentes, pelo facto de ser um tema muito complexo, atual, recente e que exige grande reflexão.

Neste sentido, consideramos o contributo de V. EX^a. Fundamental para o sucesso desta investigação pois irá, com certeza, enriquecê-la e valoriza-la, devido aos seus vastos conhecimentos.

Esta entrevista será analisada e servirá como suporte à componente teórica deste mesmo trabalho, complementando assim ideias extraídas de pesquisa bibliográfica realizada.

Agradecemos que V. Ex^a. Responda a esta entrevista o mais célere possível.

Grata pelo seu contributo

Atenciosamente

Joana Batista

Aspirante de Infantaria

GUIÃO DE ENTREVISTA

1. Como pode atuar a GNR para minimizar o crime de agressões sexuais que partem da internet ou até mesmo a própria violência na *rede* que os menores acabam por praticar?
2. Considera que os militares estão devidamente informados sobre os procedimentos a efetuar nestes tipos de crimes?
3. Existem ações de formação elaboradas pelos militares aos pais e aos professores? O que deveria ser elaborado?
4. Em que situações os militares devem intervir?
5. Pensa que os militares estão sensibilizados para os “riscos” das vítimas deste crime? Se não, o que pensa que a instituição pode fazer para melhorar essa falha?

APÊNDICE C

ENTREVISTA CAPITÃO RIBEIRO

1. Como pode atuar a GNR pode atuar para minimizar o crime de agressões sexuais que partem da internet ou até mesmo a própria violência na rede que os menores acabam por praticar?

A atuação da Guarda, na minha opinião, deverá ser sensibilizar os menores para a importância de não aceitarem como amigos perfis de desconhecidos nas redes sociais (*facebook, skype, twiter, Messenger, badoo*, etc.). Reforçar a importância junto dos pais e educadores de estarem atentos e não deixarem as crianças/ jovens isolarem-se junto aos computadores na internet. Caso isso aconteça, desconfiar sempre. Pais e educadores devem verificar os históricos, de *sites* e conversações dos filhos discretamente e estarem sempre vigilantes, bem como usarem ferramentas que possam bloquear acessos a sites de xenofobia, racismo, jogos fortuna ou azar e sexuais. Incentivarem uma relação de confiança abertura com os filhos ou educandos e persuadi-los a reportarem os abusos que possam ser sujeitos logo que se apercebam de algo de estranho. Caso os pais e/ou educadores verificarem algo estranho ou conversas abusivas devem guardar tudo o que possa servir de prova e não responder ao agressor.

2. Considera que os militares estão devidamente informados sobre os procedimentos a efetuar nestes tipos de crimes?

Como em qualquer instituição, alguns estarão informados outros talvez não. A Guarda deveria apostar mais na formação.

3. Existem ações de formação elaboradas pelos militares aos pais e aos professores? o que deveria ser elaborado?

Existem ações de formação às crianças e jovens e, por vezes aos pais, através do Programa Escola Segura/Secção de Programas Especiais do Destacamento. Há já alguns anos que se realizam ações de sensibilização neste âmbito, inicialmente com apresentações elaboradas pelos próprios militares da

Secção, posteriormente com apresentações elaboradas ao nível do Comando, e atualmente, no âmbito do protocolo da GNR com a Fundação PT sobre “Comunicar em Segurança”

4. Em que situações os militares devem intervir?

Os militares intervêm na formação/sensibilização através do programa acima mencionado e de forma geral sempre que são denunciados estes crimes.

5. Pensa que os militares estão sensibilizados para os “riscos” das vítimas deste crime? Se não, o que pensa que a instituição pode fazer para melhorar essa falha?

Na maioria, julgo que os militares estão sensibilizados para este tipo de crimes. A instituição deveria apostar na formação dos seus militares, neste e em outros temas relacionados com as crianças e jovens.

APÊNDICE D

ENTREVISTA CAPITÃO PEREIRA

- 1. Como pode atuar a GNR para minimizar o crime de agressões sexuais que partem da internet ou até mesmo a própria violência na *rede* que os menores acabam por praticar?**

Apenas consigo apontar a sensibilização, nomeadamente no meio escolar, como forma de obstar a prática desse tipo de factos. A aposta na sensibilização poderá ainda ser efetuada junto dos encarregados de educação e dos próprios professores.

- 2. Considera que os militares estão devidamente informados sobre os procedimentos a efetuar nestes tipos de crimes?**

Considero que ainda existe um longo caminho a percorrer, a sensibilização para este tipo de problemas ainda é muito incipiente, no nosso ponto de vista é necessário um plano nacional, coordenado pelo Comando-Geral que assuma a responsabilidade pela prevenção da prática de crimes potenciados pela utilização da internet, nomeadamente das redes sociais.

- 3. Existem ações de formação elaboradas pelos militares aos pais e aos professores? o que deveria ser elaborado?**

Deveria ser elaborado um pequeno folheto e uma apresentação a explicar os problemas associados à utilização das novas tecnologias. A formação seria ministrada pelos militares pertencentes aos programas especiais desenvolvidos pela componente operacional da Guarda. Embora, já exista o aproveitamento institucional das redes sociais para difundir e incrementar a imagem da Guarda, entendo que é possível utilizar as novas tecnologias para difundir boas práticas.

- 4. Em que situações os militares devem intervir?**

Numa vertente de prevenção e depois na investigação dos crimes denunciados.

5. Pensa que os militares estão sensibilizados para os “riscos” das vítimas deste crime? Se não, o que pensa que a instituição pode fazer para melhorar essa falha?

Entendo que todos os utilizadores das novas tecnologias, onde se incluem a maior parte dos militares da Guarda, estão suficientemente sensibilizados para os problemas decorrentes da hipotética, mas sempre presente, exploração de eventuais vulnerabilidades de determinados segmentos de utilizadores, como por exemplo as crianças ou adolescentes. Mas, embora exista esta consciência, não existe uma campanha que esclareça e explique todas as fragilidades da rede, congregando-se os ensinamentos e transmitindo ao público alvo os cuidados a ter em conta.

APÊNDICE E

ENTREVISTA TENENTE PINO

1. Como pode atuar a GNR para minimizar o crime de agressões sexuais que partem da internet ou até mesmo a própria violência na rede que os menores acabam por praticar?

- Neste âmbito, a GNR pode atuar através da realização de ações de sensibilização sobre a temática, especialmente preparadas e dirigidas para o público que apresenta maiores riscos, nomeadamente crianças e jovens.

Estas ações de sensibilização deverão ser feitas junto das escolas, a professores, alunos e encarregados de educação/pais, difundindo conselhos úteis, boas práticas, *modus operandi* típicos dos criminosos, por forma a alertar e prevenir o cometimento de crimes e violência por através da internet. Este tipo de ações deveria ser realizado sobretudo pelas secções de programas especiais.

- Além disso, apesar de se tratar de um tipo crime cuja investigação é de competência reservada da Polícia Judiciária (nos termos da alínea l) do Artigo 7º da LOIC – Lei 49/2008 de 27AGO, a Guarda pode também fazer um trabalho importante de pesquisa de informação na sua ZA, colhendo informações na internet e nas redes sociais que permitam detetar situações de crime e localizar ameaças, de modo a poder atuar preventivamente e identificar eventuais suspeitos. Este trabalho poderia ser feito, pelos NAO ou NAIC da estrutura de Investigação Criminal, complementado com informações das Secções de Programas Especiais.

- Além disso, é muito importante trabalhar a recolha de informação no momento em que se recebe a queixa. Muitos dos crimes de agressões sexuais que partem da internet e até a própria violência na rede, são denunciados nos Postos Territoriais da GNR, sendo fulcral para a investigação, a recolha de informação e as medidas cautelares de polícia adotadas após conhecimento da notícia de crime. Assim, todos os militares que fazem atendimento e investigação nos Postos devem estar sensibilizados e ter formação sobre a recolha de prova e as medidas cautelares de polícia a tomar perante denúncias

deste tipo de crime. Neste aspeto é muito importante a colaboração com a Polícia Judiciária, que muitas vezes vai continuar o trabalho de investigação.

2. Considera que os militares estão devidamente informados sobre os procedimentos a efetuar nestes tipos de crimes?

De um modo geral, não. Muitas vezes por terem pouca formação ao nível das TI, outras vezes por desconhecerem a frequência e a gravidade deste tipo de crimes, muitos militares não sabem exatamente como proceder perante uma notícia de crime neste âmbito. Também por se tratar de uma problemática recente, as forças policiais encontram-se ainda numa fase de desenvolvimento e consolidação de procedimentos neste âmbito.

3. Existem ações de formação elaboradas pelos militares aos pais e aos professores? o que deveria ser elaborado?

No dispositivo territorial da Guarda já foram desenvolvidas algumas ações de sensibilização neste âmbito, umas de iniciativa das unidades territoriais, outras planeadas pelo Comando Operacional. Algumas dessas ações são desenvolvidas em parceria com outras entidades (Escolas, CPCJ, Portugal Telecom, etc.)

De referir que em 2010, foi realizada uma ação/projeto de âmbito nacional, por todos os SPE dos DTer, de nome “Comunicar em segurança”, protocolada entre a GNR e a PT. Nos DTer Miranda do Douro e Barcelos, onde estive colocado, realizaram-se várias ações neste âmbito.

4. Em que situações os militares devem intervir?

Os militares devem intervir preventivamente, realizando ações de sensibilização nas escolas.

Devem estar preparados para receber queixas e usar as medidas cautelares de polícia que se afigurem necessárias a cada caso.

Devem investigar preventivamente e acompanhar redes sociais e internet, no sentido de detetar situações de crime e localizar ameaças.

Essa intervenção deve dirigir-se no sentido de prevenir *cyberbullying*, instigação pública de um crime, devassa da vida privada, burla e fraude e todos os crimes sexuais, em particular os relacionados com pedofilia.

5. Pensa que os militares estão sensibilizados para os “riscos” das vítimas deste crime? Se não, o que pensa que a instituição pode fazer para melhorar essa falha?

Tal como já tinha referido para os procedimentos a adotar neste tipo de situação, de um modo geral, os militares da Guarda também não estão sensibilizados para os riscos das vítimas, sobretudo por se tratar de um fenómeno recente, e não ter havido ainda muita formação sobre a matéria.

Para melhorar este aspeto, penso que a Guarda deve realizar um plano de formação sobre a temática, visando essencialmente caraterizar os crimes cometidos com recurso ou através da internet, e definir os procedimentos a adotar em cada caso. Esta formação poderia ser dada em parceria com a PJ, difundindo também uma checklist de procedimentos.

APÊNDICE F

ENTREVISTA TENENTE RIBEIRO

1. Como pode atuar a GNR pode atuar para minimizar o crime de agressões sexuais que partem da internet ou até mesmo a própria violência na rede que os menores acabam por praticar?

A GNR tal como as restantes FS, tem um papel fundamental relativamente à prevenção deste tipo de criminalidade.

Na minha opinião, esta problemática é predominante nas faixas etárias mais baixas, logo desde o início da atividade cibernauta da criança/adolescente. Assim, a existência de um controlo adequado pelos pais à utilização da internet pelos menores, é fundamental para a prevenção de ataques à privacidade e aos sentimentos de jovens crianças ou recém-adolescentes.

Por tanto, se este sentimento de proteção não está presente no ambiente familiar, a Guarda como Instituição atenta, tem realizado várias ações de sensibilização, no âmbito Programa escola segura, com vista à consciencialização das crianças aos perigos existentes na Internet, sobretudo, nas redes Sociais e nos chats.

Este tipo de ações de sensibilização são de extrema importância, no entanto, o público-alvo não pode passar apenas pelos jovens, mas também, pelos pais, porque são eles que devem controlar e acompanhar o percurso dos filhos pela internet.

2. Considera que os militares estão devidamente informados sobre os procedimentos a efetuar nestes tipos de crimes?

Na atualidade, os militares da GNR, sobretudo os que estão ligados de forma mais direta a este tipo de programas, são interessados e enriquecem o seu conhecimento.

Contudo, não podemos trabalhar na esperança que, os militares sejam autodidatas em relação a este tipo de matérias sensíveis, sobretudo quando todos os dias nos chegam casos novos. É necessário existir preocupação constante na formação e atualização de quem lida com esta matéria. E as Chefias da Guarda,

atualmente, trabalham de forma bastante positiva, relativamente à análise e desenvolvimento de doutrina.

3. Existem ações de formação elaboradas pelos militares aos pais e aos professores? o que deveria ser elaborado?

Sim, existem. No entanto, como vivemos numa sociedade muito atarefada, os pais de hoje em dia são muito ocupados e se por vezes nem tempo têm para ter uma conversa com os filhos, será que têm tempo para ouvir um Guarda???

É normal os militares realizarem várias ações de sensibilização nas escolas e por norma são convidados os pais para assistirem.

O que deveria ser elaborado?

Envolver mais instituições, até mesmo empresas ou OCS locais, de forma a alertar para este tipo de problemáticas, o importante é fazer chegar a informação aos ouvidos dos principais interessados – Pais e crianças.

Envolver os interessados em programas de sensibilização com a GNR, sobretudo as crianças, pois a melhor forma de conseguir apelar pela concentração destas é através do seu envolvimento.

Ex: Está a ser implementado pela GNR de Reguengos de Monsaraz um programa com os alunos do 1º ciclo e as rádios locais da ZA, onde foi criado um fórum, onde essas crianças alertam os ouvintes da Rádio para os diversos tipos de criminalidade mais frequente nessa ZA.

4. Em que situações os militares devem intervir?

Na sensibilização. Sensibilizar e insistir.

5. Pensa que os militares estão sensibilizados para os “riscos” das vítimas deste crime? Se não, o que pensa que a instituição pode fazer para melhorar essa falha?

Os militares estão sensibilizados, o importante é conseguir passar a mensagem aos interlocutores.

APÊNDICE G

ENTREVISTA TENENTE MENDES

1. Como pode atuar a GNR para minimizar o crime de agressões sexuais que partem da internet ou até mesmo a própria violência na *rede* que os menores acabam por praticar?

Atualmente este tipo de ocorrências começa a estar cada vez mais na ordem do dia, em parte devido aos meios de comunicação que têm dedicado uma atenção especial a este crescente fenómeno. Como qualquer crime no ordenamento jurídico português existem duas formas de o combater: através da investigação e repressão e através da prevenção. No que respeita à investigação e consequente repressão, a maior parte do trabalho é desempenhada pela PJ, pois são crimes cuja investigação lhes está reservada por força da LOIC, entrando de seguida as autoridades judiciais pois é a elas que compete em fase de julgamento a descoberta da verdade e a culpabilização dos prevaricadores. Interessa aqui ressaltar o facto de no nosso ordenamento este crime não estar perfeitamente tipificado. Podendo no entanto ser enquadrado em vários outros crimes que existem no catálogo do Código Penal (art.º 152º violência doméstica, art.º 163º coação sexual, os crimes da secção II Crimes contra a autodeterminação sexual, art.º 181º injúria, art.º 192º devassa da vida privada, art.º 193º devassa por meio de informática, art.º 194º violação de correspondência ou de telecomunicações, art.º 199º gravações e fotografias ilícitas). Este facto dificulta por vezes a qualificação do próprio crime, pois de uma mesma ação podem ser enquadrados actos parciais em simultâneo nos vários crimes que acima referi.

Quanto à prevenção, a GNR assume um papel muito importante, nomeadamente através de ações de sensibilização. O melhor combate a este tipo de fenómeno seria existir uma Unidade com a competência para monitorizar as redes sociais, pois é através destas que são veiculados grande parte destes crimes. Existem países que já deram esse passo, por exemplo EUA, França, Inglaterra. Apesar da crescente importância deste fenómeno, pela dimensão dos utilizadores assim como também pelos resultados que podem advir destes crimes (ex. suicídio), no nosso país a cultura das forças policiais e mais importante da

tutela, ainda não está muito inclinada para esse facto. Tal facto pode ser por exemplo verificado pela distribuição de meios informáticos às FFSS. Em suma o papel da GNR é muito importante no combate a este fenómeno, mas no enquadramento actual, 98% do trabalho tem que ser feito através de acções de sensibilização junto de alunos, pais e professores. Ficando o restante para os casos que já se iniciaram e que são trazidos até nós pelas próprias vítimas e que podem ser acompanhados de forma mais acutilante.

2. Considera que os militares estão devidamente informados sobre os procedimentos a efetuar nestes tipos de crimes?

Atualmente ainda não estão muito informados, quer por culpa dos próprios que manifestam desinteresse, quer por culpa dos próprios comandos que não fazem um esforço em ministrar instrução neste âmbito aos militares.

No entanto, pelo que tenho visto no dispositivo penso que a maré está a mudar. Pois já existem (ainda poucos) comandos que dedicam horas a sensibilizar e a instruir os seus militares e também secções de programas especiais (poucas) que têm dedicado algum tempo a sensibilizar os próprios camaradas para essa situação.

3. Existem ações de formação elaboradas pelos militares aos pais e aos professores? O que deveria ser elaborado?

Como referi acima já se começam a assistir a algumas ações de sensibilização feitas pelas SPE juntos das escolas e abertas a toda comunidade escolar (pais, professores, alunos e funcionários). Estas ações têm vindo a ser levadas a cabo por SPE de vários destacamentos, mas são-no ao nível local. Falta definir uma estratégia geral para toda a Guarda sobre este assunto. O mais importante e em primeiro lugar deve ser estabelecida uma estratégia de intervenção entre os ministérios da Educação e da Administração Interna, para abranger a totalidade das escolas e ser extensível à PSP e à GNR. Só depois deste acordo, poderá a GNR estabelecer uma estratégia comum para todo o dispositivo territorial. Mas apesar de tal ainda não ter acontecido, deve o Comandante de Destacamento Territorial enquanto comandante de homens e com uma elevada responsabilidade no combate da criminalidade e das suas

causas, estar atento a este fenómeno e definir formas de combate para a sua zona de ação. Pela minha experiência profissional, nos últimos dois anos no destacamento onde presto serviço, têm vindo a ser desenvolvido um trabalho junto dos estabelecimentos de ensino secundário, sensibilizando os jovens para estes perigos. Foram escolhidos estes, pois são os mais vulneráveis uma vez que, são os maiores utilizadores das redes sociais e quanto às crianças mais novas (pré-escolar, primária e EB 2) o primeiro trabalho têm que ser feito pelos pais, visto que a GNR ainda não tem capacidade de chegar a todos.

4. Em que situações os militares devem intervir?

Neste tipo de crimes, atualmente a Guarda e os seus militares ainda não conseguem ter uma ação que se possa dizer que é satisfatória. Em primeiro lugar porque tal ação é difícil de quantificar. Em segundo lugar porque é muito difícil discernir o que é uma ofensa, ameaça ou mesmo agressão verbal do que é um simples desabafo ou retorção por parte de um dos intervenientes, na situação de suposta violência através da internet. Aqui entra outra variável que é o facto de estes crimes serem da esfera particular dos ofendidos, ou seja, dependem da apresentação de queixa e alguns da dedução de acusação particular (crimes semipúblicos e particulares) por parte de quem se sente lesado. Por tais factos a atuação dos militares é sempre condicionada, devendo pautar-se nesta altura, e enquanto que este tipo de “violência” não estiver ainda perfeitamente cimentada no ordenamento jurídico português, pela sinalização dos casos que lhes são levados ao conhecimento e ao seu acompanhamento. Verificando com alguma periodicidade se existem outros desenvolvimentos que já possam permitir uma atuação mais “enérgica”, levando o caso ao conhecimento das autoridades judiciárias.

5. Pensa que os militares estão sensibilizados para os “riscos” das vítimas deste crime? Se não, o que pensa que a instituição pode fazer para melhorar essa falha?

Atualmente os militares da Guarda ainda não estão muito sensibilizados para esta problemática. Existindo pontualmente um ou outro militar mais interessado, ou mesmo SPE que dedica algum do seu tempo a sensibilizar as

crianças e jovens sobre esta temática, mas como referi, são situações pontuais. Para colmatar tais lacunas em primeiro lugar dever-se-ia estabelecer um modelo de instrução comum para todos os Destacamentos do país, com um mínimo de periodicidade quinzenal. Em segundo lugar calendarizar a instrução, fazendo-a obedecer a um plano único que deveria ser definido ao nível do CDF, passando pelos CTers e terminando nos DTers. Em suma deveria ser dada instrução nos Destacamentos duas vezes por mês, obedecendo cada mês a um plano de matérias geral definido pelo CDF e corporizado nos Destacamentos.

APÊNDICE H

ENTREVISTA TENENTE NOGUEIRA

1. Como pode atuar a GNR para minimizar o crime de agressões sexuais que partem da internet ou até mesmo a própria violência na *rede* que os menores acabam por praticar?

Afigura-se que a atuação da Guarda nesta matéria, como em tantas outras, deverá incidir ao nível da prevenção sistemática da ocorrência do fenómeno, a montante, e da preservação da prova, no caso de ocorrências consumadas e comunicadas aos militares.

Ao nível da prevenção, esta poderá ser materializada através da realização de ações de sensibilização sobre a segurança na rede direcionadas para as potenciais vítimas – crianças e jovens – e para pessoas/entidades com especiais deveres de tutela (pais, professores e técnicos das demais entidades com competência em matéria da infância e juventude), incidindo particularmente nos comportamentos de risco a evitar e na necessidade de preservação de elementos para a prova dos crimes.

Estas ações de sensibilização podem ser feitas, através das Secções de Programas Especiais do dispositivo territorial, em escolas e dirigidas a professores, alunos e encarregados de educação, difundindo conselhos úteis e boas práticas, e caracterizando os *modus operandi* mais utilizados, bem como as consequências decorrentes do fenómeno (preferencialmente através da apresentação de casos reais), instigando à adoção de comportamentos que coarquem a atuação dos potenciais agressores e que potenciem as possibilidades de sucesso de uma eventual investigação.

As ações de sensibilização não deverão cingir-se aos crimes sexuais ou ao *cyberbullying*, uma vez que o fenómeno da violência na rede surge muitas vezes associado a vários outros crimes previstos no Código Penal (violência doméstica, injúria, devassa da vida privada, devassa por meio de informática, violação de correspondência ou de telecomunicações, gravações e fotografias ilícitas, etc) ou na Lei do Cibercrime, aprovada pela Lei n.º 109/2009, de 15 de setembro (acesso ilegítimo, por exemplo).

É fundamental que as potenciais vítimas e os cidadãos com especial dever do seu acompanhamento nesta matéria percecionem a gravidade das consequências da má utilização da rede e que se encontrem permanentemente alertadas para o facto de

comportamentos aparentemente vulgares possam constituir risco exponencial para a ocorrência dos fenómenos.

Por outro lado, considerando que nestes casos os factos integram catálogo de crimes praticados com recurso a tecnologia informática, cuja investigação é da competência reservada da Polícia Judiciária (PJ), nos termos da Lei da Organização da Investigação Criminal (LOIC), aprovada pela Lei n.º 49/2008, de 27 de agosto, a Guarda deverá comunicar todas as situações passíveis de integrarem ilícito criminal que tenha conhecimento, por conhecimento próprio ou denúncia de terceiros, transmitindo-as às autoridades judiciais e à PJ, adotando as medidas cautelares e urgentes quanto aos meios de prova.

Neste contexto, ao nível da preservação da prova, a intervenção da Guarda poderá ser fulcral no sucesso das investigações quando seja a primeira entidade policial a ter conhecimento dos factos, considerando que pode promover a obtenção tempestiva de elementos fundamentais para a realização do inquérito, evitando a destruição de elementos sem os quais não será possível prosseguir a finalidade da investigação criminal: “averiguar a existência de um crime, determinar os seus agentes e a sua responsabilidade e descobrir e recolher as provas.”

Com efeito, estes crimes não raras vezes podem ser detetados no âmbito da atividade policial desenvolvida pela Guarda ou diretamente denunciados nos seus Postos ou Destacamentos, o que impõe a necessidade de sensibilização/formação de todos os militares para este fenómeno e não apenas dos militares afetos aos programas especiais, pelo papel crucial que podem desempenhar na preservação da prova e no encaminhamento das vítimas.

Finalmente, não se vislumbra que, tratando-se de crimes cuja competência de investigação pertence à PJ, a Guarda desempenhe um papel ativo ao nível da prevenção através da monitorização da rede com vista à deteção deste tipo de ilícitos, de forma a evitar a duplicação/sobreposição de meios afetos a esse fim.

2. Considera que os militares estão devidamente informados sobre os procedimentos a efetuar nestes tipos de crimes?

A expansão do fenómeno é relativamente recente e a generalidade dos militares, enquanto órgãos de polícia criminal e eventuais pais, não estarão sensibilizados ou devidamente esclarecidos para esta realidade. Seja por parte destes ainda não utilizarem

regularmente meios informáticos, seja por desconhecimento das inúmeras possibilidades que estes meios oferecem para a prática de crimes, bem como da frequência com que ocorrem ou da gravidade das suas consequências.

Urge assim definir e consolidar procedimentos a adotar por parte dos militares neste âmbito, através de ações de formação/sensibilização, a par das ações de sensibilização para as potenciais vítimas e para as pessoas/entidades com especiais deveres de tutela (podendo equacionar-se a elaboração de uma *checklist* com procedimentos a adotar e/ou informações/dados a recolher ou a promover a preservação (cabeçalhos de mensagens de correio eletrónico, mensagens das redes sociais, IP, imagens, etc)).

3. Existem ações de formação elaboradas pelos militares aos pais e aos professores? o que deveria ser elaborado?

No dispositivo territorial da Guarda já foram desenvolvidas algumas ações de sensibilização neste âmbito, umas de iniciativa das unidades territoriais, outras planeadas pelo Comando Operacional. Algumas dessas ações são desenvolvidas em parceria com outras entidades (Escolas, CPCJ, Portugal Telecom, etc.), como foi o caso da ação de âmbito nacional “Comunicar em segurança”, que decorreu em meados de 2010 e vem sendo repetida localmente ao nível dos Destacamentos Territoriais, através das Secções de Programas Especiais.

Contudo, estas ações nem sempre são adequadas ao público-alvo. Quando se trata de abordar este tipo de fenómenos a um leque abrangente de destinatários – muito heterogéneo – é fundamental ter em consideração que a abordagem aos conteúdos não pode ser feita da mesma forma a alunos do ensino básico e do ensino secundário, a professores ou a pais. Da mesma forma que os vários públicos-alvo percecionam o fenómeno de forma diferente e as suas possibilidades de intervenção são distintas, deverão os conteúdos e a forma como estes são abordados serem adequados aos fins pretendidos.

4. Em que situações os militares devem intervir?

Os militares deverão intervir proativamente em todas as situações que forem do seu conhecimento, nos moldes anteriormente referidos, seja na perspetiva da prevenção da ocorrência do fenómeno, seja no âmbito da preservação da prova.

5. Pensa que os militares estão sensibilizados para os “riscos” das vítimas deste crime? Se não, o que pensa que a instituição pode fazer para melhorar essa falha?

Considerando que a generalidade dos militares não se encontram sensibilizados para a problemática nem esclarecidos relativamente aos procedimentos a adotar em caso de contacto com o fenómeno, não estarão igualmente sensibilizados para os riscos das vítimas destes crimes.

Assim, fará sentido que a Guarda, em colaboração com a PJ, estude profundamente o fenómeno, visando a adoção de medidas preventivas e a definição de procedimentos a adotar por parte dos militares que tomem conhecimento deste tipo de crimes.

Concomitantemente, poderão ser preparadas e realizadas ações de sensibilização/formação (ou atualizadas/adequadas as existentes) às potenciais vítimas, pais, professores e outras entidades com competência em matéria da infância e juventude.

Ao nível interno, afigura-se a necessidade de desenvolvimento de ações de sensibilização/formação em duas vertentes: uma vocacionada para os militares afetos aos programas especiais, preparando-os para a realização das ações de sensibilização/formação destinadas ao público-alvo acima descrito; e outra direccionada à generalidade dos militares, enquanto órgãos de polícia criminal suscetíveis de contactar com o fenómeno, mas também como eventuais pais e utilizadores de meios informáticos, dotando-os das ferramentas e conhecimentos necessários para, por um lado, prevenir a adoção de comportamentos de risco e, por outro, adotar as medidas cautelares e urgentes quanto aos meios de prova.

APÊNDICE I

		Conteúdo: <i>Criança como recipiente</i>	Contacto: <i>Criança como participante</i>	Conduta: <i>Criança como actor</i>
O P O R T U N I D A D E S	<i>Educação, aprendizagem e literacia digital</i>	Recursos educacionais	Contacto com outros que partilham os mesmos interesses	Aprendizagem por iniciativa própria ou colaborativa
	<i>Participação e envolvimento cívico</i>	Informação global	Troca entre grupos de interesses	Formas concretas de envolvimento cívico
	<i>Criatividade e auto-expressão</i>	Diversidade de recursos	Ser convidado/inspirado a criar ou participar	Criação de conteúdo gerado pelo utilizador
	<i>Identidade e relações sociais</i>	Aconselhamento (pessoal/saúde/sexual etc)	Redes sociais, partilha de experiências com outros	Expressão de identidade
R I S C O S	<i>Comerciais</i>	Publicidade, spam, patrocínios	Seguir/recolher informação pessoal	Apostas, downloads ilegais, hacking
	<i>Agressividade</i>	Conteúdos violentos/macabros/odiosos	Ser vítima de bullying, assédio ou perseguição	Exercer bullying ou assédio sobre outro
	<i>Sexuais</i>	Conteúdos pornográficos/sexuais prejudiciais	Conhecer estranhos, namoros online	Criar/fazer upload de material pornográfico
	<i>Valores negativos</i>	Informação/conselhos racistas ou prejudiciais (e.g. drogas)	Auto-mutilação, persuasão indesejada	Fornecer conselhos e.g. sobre suicídio/pro-anorexia

Figura 1 - Riscos e oportunidades no uso da internet por parte das crianças

Fonte: Jorge, A. (2010)

APÊNDICE J

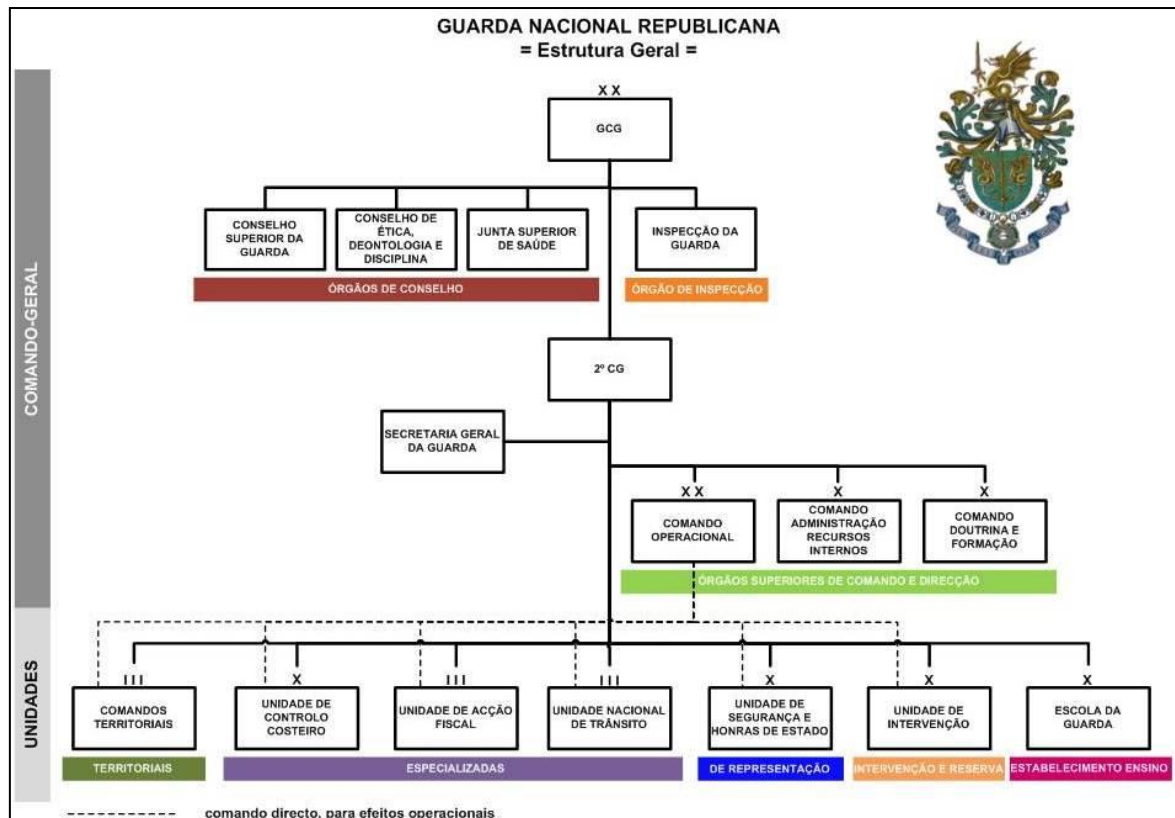


Figura 2 - Organograma da Estrutura da GNR

Fonte: GNR (2009).